



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 040

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 1985

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 77ª SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE ABRIL DE 1985

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO FERNANDO SANTANA** — Problemas surgidos com as alterações climáticas no Nordeste.

**DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL** — Notícias publicadas na imprensa paulista, de que Deputados Federais e Estaduais, estariam descontentes com a atuação do Secretário Bresser Pereira.

**DEPUTADO MARCONDES PEREIRA** — Voto do analfabeto. Caso Sulbrasileiro.

**DEPUTADO HUGO MARDINI** — Responsabilidade do PMDB em aprovar o projeto do Governo de saneamento dos Bancos Sulbrasileiro e Habitasul. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a respeito do projeto em tela.

**DEPUTADO VALMOR GIAVARINA** — Colocações ao discurso do orador que o precedeu na tribuna.

**DEPUTADO FRANCISCO DIAS** — Atitudes que estariam sendo tomadas pela CNBB com relação aos demais movimentos religiosos livres da América Latina.

**DEPUTADO HUGO MARDINI**, como Líder — Procrastinação que estaria havendo por parte do

PMDB, na apreciação de projeto de lei do Governo, que visa solucionar o caso Sulbrasileiro e Habitasul.

**DEPUTADO VALMOR GIAVARINA**, como Líder — Resposta ao discurso do Sr. Hugo Mardini.

**DEPUTADO CELSO BARROS**, como Líder — Considerações sobre o discurso pronunciado pelo Sr. Hugo Mardini, na presente sessão.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 220/84 (nº 3.762/84, na Casa de origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o preço de comercialização da safra da uva. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Lei da Câmara nº 172/84 (nº 1.529/83, na Casa de origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre as autarquias profissionais. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Lei da Câmara nº 176/84 (nº 2.424/83, na Casa de origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do magistério superior e dá outras

providências. Discussão encerrada após usar da palavra o Sr. Juarez Bernardes, ficando a votação adiada por falta de quorum.

##### 1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 11 horas e 20 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2. — ATA DA 78ª SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE ABRIL DE 1985

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADOS GUIDO MOESCH, NELSON MARCHEZAN, FLORICENO PAIXÃO, OSVALDO NASCIMENTO**, como Líder, **CELSO BARROS**, como Líder, **EDUARDO MATTARAZZO SUPPLY**, como Líder, **RAUL BERNARDES**, como Líder, **JORGE UEQUED**, como Líder — Caso Sulbrasileiro e Habitasul.

##### 2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se quinta-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 2.2.3 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Osvaldo Nascimento e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento de sessão.

##### 2.3 — ENCERRAMENTO.

## EXPEDIENTE

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

**JOSÉ LUCENA DANTAS**

Diretor Executivo

**JOÃO MORAES DA SILVA**

Diretor Administrativo

**MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**

Diretor Industrial

**PEDRO ALVES RIBEIRO**

Diretor Adjunto

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 3.000,00

Ano ..... Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

## Ata da 77ª Sessão Conjunta, em 30 de abril de 1985

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modêsto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

#### Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

#### Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PFL.

#### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

#### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

#### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

#### Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

#### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Orlando Bezerra — PFL; Sérgio Philomeno — PDS.

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PFL.

#### Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Tarcísio Buriti — PFL.

#### Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

#### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonó — PFL; Nelson Costa — PDS.

#### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

#### Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB.

#### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

#### Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Dáso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas —

PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Máro Juruña — PDT; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

#### Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimentá da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

#### São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

#### Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barrrs — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

#### Mato Grosso do Sul

Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Bastos — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmória — PMDB; Paulo Melro — PFL; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luça — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro

— PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 196 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Santana.

O SR. FERNANDO SANTANA (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Nordeste vive entre as secas e as enchentes. Esta é uma tragédia secular. Então, o que nos vem assim para indagar, seria uma questão simples: será que os técnicos que têm-se debruçado sobre o Nordeste já pensaram numa maneira completa e profunda, no sentido de fazer ou de levantar o balanço hídrico de toda a Região? Será que não haveria possibilidade de se estudar todas as bacias hidrográficas do Nordeste? E tanto nos rios secos, como nos rios periódicos e também nos permanentes, por que não construir-se sucessivas barragens, de tal modo que esses bilhões de metros cúbicos fossem retidos de modo a garantir não só a água para o homem, como, também, para a irrigação?

O fenômeno da seca é, em última análise, por falta d'água. Então, a pergunta é esta: Há falta de água no Nordeste? As chuvas mostram que não. Levantamentos pluviométricos feitos, e nesta Câmara, no ano passado, se fez uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o levantamento de todo o volume hídrico do País, chegou-se à conclusão, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que a média geral de água que cai em toda superfície do Nordeste está entre 500 a 600 milímetros. Isto representa alguns trilhões de metros cúbicos de água. Então, por que não estudar todas as possibilidades de barrar sucessivamente os rios, de tal modo que essas enchentes não colocassem cerca de 1 milhão ao desabrigo nos nove Estados do Nordeste? Por que não reter a água, Sr. Presidente, Srs. Congressistas? Será que isso faz parte da política da manutenção permanente dessa indústria que se chama indústria das secas? Será que isso não está no subconsciente das oligarquias nordestinas para manter o homem sempre na miséria e na fome?

Agora mesmo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há um projeto denominado Nordeste, que irá investir, só em moeda estrangeira no Nordeste, 15 bilhões de dólares e mais uma quantia correspondente em cruzeiros. Com este volume que é um verdadeiro mar de dinheiro poder-se-ia, de uma vez por todas, decidir a questão do Nordeste. E a nosso ver esta questão está absolutamente presa a três princípios fundamentais: o problema da terra, a água que possa matar a sede do homem e a água que possa garantir a lavoura permanente. A lavoura irrigada, como todos sabem, é aquela mais avançada que se pode ter. E porque o Nordeste, que tem sol permanente, que

tem água, não poderia ser um celeiro do mundo produzindo o ano inteiro, duas ou três safras, dependendo do produto que se plantasse? Naturalmente que hoje, com a tecnologia de que se dispõe, com os levantamentos aerofotogramétricos que cobrem quase todo o Nordeste e quase todo o Brasil, para o estudo dessas bacias hidrográficas não necessitava se mandar engenheiros ao campo. Poderia se fazer no escritório. E mais, poder-se-ia localizar no próprio escritório técnico todos os pontos possíveis de ser barrados, Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

Enquanto nós, nordestinos, não nos debruçarmos sobre esse problema que é tão simples, é um ovo de Colombo, mas que até agora não foi encarado com a seriedade necessária, Sr. Presidente, e Srs. Congressistas, deixa-se que a água se vá para o mar, depois vem a seca permanente, não há por que permitir que se continue nesse ciclo terrível de seca e de enchente.

Se nós discutirmos agora esse projeto denominado Nordeste, que, como já disse, irá investir, só em moeda estrangeira, 15 bilhões de dólares, e quantia correspondente em cruzeiros, se nós nos debruçarmos, e em lugar de estar fazendo obras que não têm nenhuma destinação para resistir à seca, se nós projetássemos sobre todo o aproveitamento das águas que caem no Nordeste, não deixá-las correr para o mar, mas segurá-las nos encontros, nos pontos estratégicos, de modo a que o barramento fosse feito, Sr. Presidente, até pela mão do homem, acredito que 90% dessas barragens poderiam ser feitas pelo próprio homem e esses recursos destinados a esse processo de sustentação das águas que seriam colocados nos orçamentos permanentes da União, eles seriam reforçados nas épocas de seca. Quantos trilhões de cruzeiros nós não gastamos nestes 5 anos, sem que realmente se aplicasse muito pouco em construção que fosse resistente, que ajudasse o homem a lutar contra a seca? Passamos diversas vezes em várias áreas nordestinas. Por exemplo, em Ibotirama assisti mais de 300 homens, naquela época, com enxadas de meia libra, Sr. Presidente, cavando capim entre as gretas dos paralelepípedos. Em outros lugares, em estradas de barro, centenas, milhares de homens apanhando terra com a pá e tampando buracos na estrada. Investimentos inteiramente perdidos, jogados fora, quando se nós aplicássemos esses recursos nas épocas de estiagem, no planejamento geral de sustentação das águas do Nordeste, nós não teríamos, Sr. Presidente, estas calamidades constantes, permanentes, esse ciclo terrível e trágico da seca e inundação. Não há falta d'água Sr. Presidente. É que nós ainda não tivemos a capacidade de reter toda água que cai no Nordeste. E mais do que isto, Sr. Presidente, sabe V. Ex<sup>a</sup>, como nordestino que o é, que os lençóis subterrâneos do Nordeste, em alguns Estados são de uma riqueza extraordinária no seu potencial aquífero. O Piauí é um deles, a Bacia do Vasa-Barris, na Bahia é outro desses. A PETROBRÁS há mais de 30 anos furou num lugar que hoje se chama Jorro, justamente pela água que sai naturalmente do chão, em busca de petróleo, e há mais de 30 anos que jorra naturalmente, num diâmetro de mais de 30 cm uma água que sobe metros de altura e que se perde há 30 anos, sem nenhum aproveitamento. Ora, se este poço que a PETROBRÁS cavou, em busca de petróleo, deu esta água que até hoje surge normalmente, sem bombeamento, pode V. Ex<sup>a</sup> avaliar o que será toda essa bacia do Vasa-Barris.

Irecê é outro exemplo, Sr. Presidente. Os nossos indígenas já diziam o que Irecê significava sobre as águas, quer dizer, era uma terra que ficava sobre águas. Pois bem, os "sabidos" brancos só agora descobriram que furando o solo de Irecê, pode-se obter poços de 20, 30, 40, 500 mil litros/hora e assim sucessivamente.

Ora, se projetássemos todo um sistema de segurança das águas que caem e fizéssemos estudos pedológicos capazes de descobrir todos os lençóis de água do Nordeste, determinássemos toda sua área, teríamos água perene, se explorássemos esses lençóis subterrâneos.

cionalmente, porque um lençol explorado redatoriamente pode secar, como se seca o petróleo, deliberadamente. Quando o homem vai em busca do petróleo, ele puxa até extinguir completamente tudo o que pode extrair do subsolo, tirando aquele óleo tão importante para a vida do homem, mas a água não. A água deve ser explorada de tal modo que o lençol permaneça *ad perpetuum*, pois se pode fazer, tecnicamente se estuda e se pode determinar o quanto de cada lençol se pode tirar sem prejudicar a sua subsistência. Mas, o que assistimos é essa repetição fastidiosa, é essa exploração constante, é esse esmolar eterno do homem do Nordeste, que já está se viciando a pedir aquilo que pode arrancar com seus próprios braços.

É preciso mudar, Sr. Presidente, o Congresso deve solicitar ao Senhor Presidente da República o projeto Nordeste, para que possamos discuti-lo aqui e para que ele sirva como uma alavanca inicial para resolver de modo definitivo a questão nordestina.

Sabe V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que na cidade de Salvador, anualmente, morre gente debaixo das chamadas barreiras que caem. E por que isto, Sr. Presidente? Porque, apesar da prefeitura não ter recursos, também não há leis que obriguem aqueles que constroem edifícios nas encostas, quando ao cortá-las, a fazer a sustentação dos taludes. O investimento tem que ser feito para segurança das encostas. E todo ano, em abril, a Bahia perde 20, 30, 40 pessoas que morrem soterradas. Agora mesmo chegamos a ter 35 soterrados em Salvador. Isto é uma repetição também fastidiosa, como é o ciclo da seca e da inundação. Salvador, anualmente, sofre esse problema porque ainda não tivemos, politicamente, a decisão não só de garantir as encostas, como plantar árvores que melhor impeçam a destruição dos barrancos.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é fato corriqueiro na minha terra. Salvador, todo ano, tem a tragédia dos soterrados e essa tragédia só será superada quando a Prefeitura de Salvador decidir fazer, de modo definitivo, a sustentação das encostas daquela terra de topografia tão caprichosa, mas que, durante-as chuvas, é um risco tremendo para os pequenos, para os pobres, porque não morre debaixo dos barrancos que caem, nenhum rico. Se um deles morresse, o problema já teria sido resolvido, Sr. Presidente. Só os pobres morrem, e continuarão morrendo, porque a decisão política de sustentar as encostas de Salvador não é tomada.

É verdade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que as prefeituras estão esvaidas, mas quantos recursos se gastam nessas épocas e que poderiam ser, digamos, investidos num processo contínuo de segurança das encostas da cidade de Salvador?

Enquanto não decidirmos, Sr. Presidente, reter as águas do Nordeste e sustentar, em Salvador, as terríveis barreiras que caem sobre o povo, nós não teremos iniciado, de modo algum, o verdadeiro processo de erradicação dos flagelos que atingem a Região Nordeste, isto é, a seca e a inundação. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Nobre Deputado Del Bosco Amaral.

**O SR. DEL BOSCO AMARAL** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Os jornais de São Paulo noticiaram há dias que a Bancada Federal de São Paulo e os Deputados Estaduais estavam descontentes com o Secretário de Governo Bresser Pereira. Curiosamente, todas as vezes que se anuncia uma modificação de secretariado em São Paulo escolhe-se, informando-se à imprensa ou desinformando-se à imprensa, porque quem fornece essas informações o faz por conta própria, que determinado secretário está em desgraça com as bancadas, a Federal e a Estadual.

E curiosamente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós só somos usados, Deputados Federais e Estaduais, e

acionados nestes mexericos políticos, quando se trata de derrubar alguém. E no caso específico, em meu nome pessoal, eu não posso falar pela Bancada, devo dizer que o Secretário de Governo Bresser Pereira é um dos mais atenciosos secretários para com os parlamentares. O Sr. Bresser Pereira é homem que dá retorno, muitas vezes negando pretensões dos Srs. Deputados, mas é um homem atencioso, é um homem que está sempre a postos, disponível para dialogar com os parlamentares. E é bom que Ministros do atual Governo, e é bom que secretários do Governo Montoro prestem atenção nesse tipo de atuação, porque eu posso dizer é que, realmente, da chefia da Casa Civil, o melhor secretário, no que tange o atendimento e o respeito aos parlamentares é, indubitavelmente, o Sr. Bresser Pereira.

Não devo, absolutamente, qualquer favor pessoal ao Sr. Bresser Pereira, porque não os peço, não devo ao Sr. Bresser Pereira nem mais ou menos que o respeito que dedico a S. Ex<sup>a</sup> e S. Ex<sup>a</sup> dedica a este Deputado, mas é bom que se coloque o seguinte: não usem o nome da bancada — ou pelo menos de todos os Deputados, para atingir um Secretário que, nestes momentos em que não se esqueceu, ainda, o autoritarismo, pelo menos alguns Secretários e Ministros não esqueceram esses anos de autoritarismo e continuam agindo desta forma. É preciso destacar que existe muita gente democrática, muita gente que realmente acredita no Parlamento. E o Sr. Bresser Pereira é, como um Secretário forte do Governo Montoro, um que vem procurar minimizar os choques existentes entre a bancada e escalões do governo estadual. Fica este registro para o Congresso Nacional, para que S. Ex<sup>a</sup> saiba que estão usando, indevidamente, o nome de pelo menos toda a bancada federal em relação às qualidades de S. Ex<sup>a</sup> no exercício de suas elevadas funções. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

**O SR. MARCONDES PEREIRA** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estou chegando da minha Região, onde os problemas mais discutidos e mais apontados para a atenção dos parlamentares são, primeiro, o do meu partido, que concede voto ao analfabeto, ou que pensa em conceder o voto ao analfabeto, o que é um projeto difícil, porque nós não sabemos como executar, como efetivar esse voto. No instante em que aparece uma posição clara, uma posição factível, uma maneira de executar, de fazer com que o analfabeto possa votar, sem ser tapeado, sem ser levado a erro, sem ser conduzido, sem ser enganado, aí sim essa proposta será válida. Mas até este instante, ninguém apresentou uma proposta, uma maneira, uma forma para que o analfabeto possa exercer o seu voto consciente e acertadamente.

Outro problema é o do Sulbrasileiro que constitui, realmente, uma grande preocupação da Nova República, preocupação à qual somos sensíveis, e as informações que nos têm chegado são de que as pequenas e médias empresas daquela Região, principalmente estas, estão sofrendo com essa situação. Todavia, o projeto enviado pelo Governo não passará nesta Casa. Nós teremos que apresentar um substitutivo, ou então outras condições que possam ser assimiladas pelas Lideranças e pelos Srs. Congressistas. Mas, de forma que o projeto foi encaminhado, é evidente que ele não passará. Mas nós queremos que seja encontrada, o mais rápido possível, uma solução para o Sulbrasileiro, uma solução para essas empresas.

Sr. Presidente, acontece que o dinheiro que se vai injetar agora no banco será retirado imediatamente. Quer dizer, nós já temos que pensar novamente em injetar mais recursos e, exemplificando isto, trago de minha cidade um apelo de um motorista de taxi que tem investido

no Banco Sulbrasileiro uma quantia de 10 milhões de cruzeiros. Pediu-me ele para que eu estude com carinho essa situação, porque ele deseja, tão logo o Governo faça o investimento, retirar o seu dinheiro. Isto é muito sério. Se colocarmos qualquer quantia no banco, ela será retirada imediatamente e teremos que botar novamente outra quantia se quisermos recuperar o banco.

Sr. Presidente, eu já trabalhei em banco e tive a infelicidade de perder até o emprego porque o banco faliu. Na primeira corrida ainda conseguimos segurar, mas na segunda o banco foi à falência. Ninguém deposita dinheiro em banco que perdeu a credibilidade. Esta é uma coisa lógica, é uma experiência que trago de muitos anos, ninguém colocará mais dinheiro no Banco Sulbrasileiro. Ou vamos mudar o nome ou criar outra imagem, mas a verdade é que o banco não terá mais recuperação com o dinheiro que vamos investir.

Sr. Presidente, é preciso dar uma outra solução. Todos nós estamos interessados em dar uma solução a esse problema grave, que é o primeiro desafio da Nova República. Mas é preciso que haja um estudo muito mais apurado, como veio nós vamos repudiá-lo, como veio nós não vamos aprová-lo. É preciso que tenhamos substitutivos inteligentes, capazes de mostrar à Nação que nós estamos em nova fase, que nós estamos empenhados em dar soluções aos graves problemas que esta Nação apresenta, mas não vamos assim, aceitá-los à primeira vista. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Mardini.

**O SR. HUGO MARDINI** (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não há como negar que a grande responsabilidade pela aprovação ou pela rejeição da proposta do Governo para salvar o Banco Sulbrasileiro e o Banco Habitasul cabe ao PMDB. Se esse projeto for rejeitado, isto tem que ser debitado à insensibilidade do PMDB e da Frente Liberal, que têm número nesta Casa, para aprovar ou rejeitar esse projeto. Não se procure confundir a opinião pública com argumentos mistificadores, fazendo alegações de que o projeto tem vício de origem ou que o projeto não atende os interesses do Brasil, ou que o projeto tem isso ou aquilo. Isto tudo pode ser resolvido nas comissões desta Casa ou através de acordos de lideranças, fazendo os substitutivos necessários.

A chamada Nova República, que até o presente momento não mostrou, realmente, nada que possa caracterizá-la como Nova República a não ser o nome, a não ser o adjetivo qualificativo de Nova República. Porque o Presidente José Sarney, em exercício à época, quando mandou para cá um projeto o fez baseado num longo ofício de exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda da chamada Nova República, onde o Ministro da Fazenda justificava e provava por que razão o Governo Federal havia resolvido mandar para cá mensagem, através da qual fazia a desapropriação de todas as ações do sistema Sulbrasileiro e Habitasul para que, posteriormente, após colocar o sistema de pé, teria condições de vender essas ações no mercado financeiro e retornar esse dinheiro aos cofres da União.

Aqui na Casa se fez mais de um substitutivo, exatamente propondo a criação de um banco regional, nos moldes do Banco do Nordeste, nos moldes do Banco da Amazônia, portanto um banco regional de controle federal para atuar no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Este é o outro substitutivo que está tramitando na Casa e que tem a sua votação, segundo fui informado ontem pela liderança do Governo, do PMDB, para o dia 7 do mês de maio, portanto na próxima terça-feira.

O que nós temos que deixar claro, nesta circunstância, é que ontem, já se ouviu o Parecer do nobre Deputado Valmor Giavarina, da Comissão de Constituição e Jus-

tiça, Parecer que, no meu entendimento, deveria se fixar se o projeto era constitucional ou inconstitucional, se o projeto era jurídico ou injurídico. Mas o nobre relator da matéria não se limitou à análise da constitucionalidade do projeto, mas resolveu fazer um parecer onde oferecia uma série de sugestões, uma série de medidas, uma série de propostas que, no entendimento de S. Ex<sup>a</sup>, atendia melhor o espírito e a necessidade da atual circunstância que envolve o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Paraná e os Bancos Sulbrasileiro e Habitasul.

O que há na verdade, Sr. Presidente, é uma falta de informação. Existem companheiros nossos, especialmente os Deputados do Nordeste, que estão confundindo as coisas, porque estão achando que os recursos seriam retirados do Nordeste para serem levados ao Rio Grande do Sul, à Santa Catarina e ao Paraná. Em primeiro lugar, a informação é errônea: isto não existe. O Fundo de Contingência, de onde se pretende retirar o recurso, não é o Fundo destinado ao Nordeste do Brasil, ao Centro-Oeste do Brasil, ao Oeste do Brasil, à Amazônia do Brasil, ao Norte do Brasil ou ao Sul do Brasil. É um Fundo de Contingência da República Brasileira, porque também nós temos no Sul enchentes, intempéries, geadas, secas e também problemas graves.

Este é um País e é também uma Federação de Estados, não é uma Federação de República, não é uma Federação de Países. Portanto, os recursos que existem estão no orçamento destinados ao atendimento das necessidades nacionais, de acordo com as circunstâncias e de acordo com as necessidades do nosso País.

Ontem, logo após a leitura do parecer do nobre Relator da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Vice-Líder do PMDB, pediu a suspensão da Sessão, invocando o art. 89, do Regimento Interno que diz, quando não há 10% dos membros da Câmara Federal presentes ao plenário, pode-se pedir o encerramento dos trabalhos.

Há uma evidente manobra de obstrução que é contrária aos interesses nacionais, Sr. Presidente. Uma manobra que é absolutamente contrária aos interesses do Brasil, porque o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná constituem uma das mais importantes regiões deste País em termos de produção de alimentos, de grão, de força de trabalho, que contribuem consideravelmente para o desempenho da nossa importação e, principalmente, para a produção de alimentos necessários ao consumo interno do País.

Então, esta ótica, Sr. Presidente, de que se estariam retirando recursos de áreas ou de regiões brasileiras para transferi-los a outras, é uma visão absolutamente errônea em que estão incorrendo alguns parlamentares mal-avisados e que precisam ser esclarecidos de forma apropriada.

O substitutivo que estatiza os bancos, e que está em tramitação, e também será objeto de deliberação aqui na Câmara Federal, ele simplesmente cria um Banco regional sob controle federal, um Banco que vai funcionar — como disse — nos moldes do Banco da Amazônia e nos moldes do Banco do Nordeste.

A pergunta que se impõe é, quando alguns se posicionam contrariamente a esse substitutivo, por que razão, quais são os argumentos que podem invalidar ou impedir que a Região Sul do Brasil não tenha um Banco regional sob controle do Governo Federal?

Será que esta Região não necessita de um instrumento de crédito de controle federal, ou será que esta Região não integra a Federação Brasileira?

Será que essa não carrega trilhões de cruzeiros de impostos aos cofres da União? Ou será que a Região Sul não carrega, todos os dias através do trabalho, da produção dos seus filhos, riqueza, permanente na indústria, no comércio e na agricultura, e cujos dados eu poderei arrolar, e vou fazê-lo, em termos de cifras, em termos de percentagem e em termos de número absolutos?

É claro que o extremo sul do Brasil tem o direito de reivindicar um Banco regional, de controle federal maio-

ritário, como instrumento indispensável ao nosso desenvolvimento, porque a luta inteira que fazemos não é uma luta que se dirige ao sofrido grupo de funcionários do sistema Sulbrasileiro e Habitasul. Não é apenas isso, por que se eles estão com as suas vidas e o seu trabalho ameaçados, com o seu futuro comprometido, estão lutando aqui, no Planalto Central, através da solidariedade dos gaúchos, dos catarinenses e dos paranaenses. Estão aqui sustentando uma luta em frente ao Congresso Nacional, que é exatamente o lugar em que devem vir reivindicar a aprovação desse projeto.

Ora, Sr. Presidente, nós temos a certeza e a convicção de que esta Casa há de tomar consciência de que é a economia — ao lado deste problema, a agricultura, a pecuária, a indústria e o comércio — que precisa receber uma solução deste Congresso que foi chamado a opinar e que foi chamado a falar neste projeto.

Nós teremos um problema extremamente grave com consequências imprevisíveis na nossa economia se esse projeto não for aprovado, quer seja no texto do Governo ou quer seja através de um dos substitutivos que estão sendo elaborados neste Parlamento. Mas é preciso decidir, é preciso votar, é preciso dar esse instrumento e é preciso dar esta solução que atenda os interesses do Brasil, acima de qualquer coisa!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

**O SR. VALMOR GIVARINA** (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eminentes Parlamentares:

Ouvi com bastante atenção as colocações feitas pelo nobre Deputado Hugo Mardini e só uso da palavra neste momento, Sr. Presidente, por não concordar com as preliminares colocadas por S. Ex<sup>a</sup>.

É verdade que tem o Deputado todo o direito, e eu aplaudo por isso, de defender o seu ponto de vista, de defender os interesses peculiares do seu Estado, da sua região, não há dúvida de que o Deputado está agindo na condição de representante do Rio Grande do Sul. Mas com o que não posso concordar, Sr. Presidente, é com a colocação que se fez dando a entender até, que o parecer exarado, ontem, pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça, vincule, de certa forma, a posição da Liderança do meu Partido.

Quero tranquilizar o Deputado e dizer que, não obstante ser Vice-Líder do Governo, eu, ontem, assomei àquela tribuna na condição de Relator, primeiramente, da Comissão de Constituição e Justiça e em virtude do pedido de urgência, Relator designado pela Mesa da Câmara.

Em momento algum, o Líder do meu Partido, o nobre Líder do Governo, Pimenta da Veiga, tentou influenciar e sequer procurar saber qual seria a linha que eu adotaria no Parecer, quase que eminentemente técnico, que exarei, ontem, daquela tribuna.

Houve uma outra colocação, também feita pelo nobre Deputado Hugo Mardini, tentando jogar à cova dos leões, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao afirmar daquele microfone, agora, que, ontem, numa tentativa até de desmoralizar o Congresso Nacional, um Deputado, Vice-Líder do PMDB, levantou a Sessão por falta de *quorum*, quando pediu a sua verificação. Se bem me lembro, o Deputado que pediu, ontem, a verificação de *quorum*, ou que alertou para a ausência de *quorum*, foi o Deputado João Agripino e, ao que me consta, nobre Deputado Hugo Mardini, o Deputado João Agripino não é Vice-Líder do PMDB.

Feitas essas duas considerações, gostaria de fazer uma terceira. V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado, se referindo ao parecer que exarei, ontem, daquela tribuna, disse que deveria, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, me cingir unicamente às preliminares de admissibilidade ou às preliminares de conhecimento. No entanto, segun-

do V. Ex<sup>a</sup>, eu extrapolei, fui adiante, entrei no mérito e apresentei substitutivo. Devo esclarecer ao nobre Deputado que me cingi às determinações do Regimento Interno desta Casa. E apenas para lembrar quero ler o que diz o art. 28 do Regimento Interno:

Art. 28 A competência das Comissões Permanentes é a definida nos parágrafos deste artigo.

Vou ler, e gostaria que me acompanhasse na leitura. O § 4º, do art. 28:

“§ 4º A Comissão de Constituição e Justiça compete opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico ou de técnica legislativa das matérias que lhe forem distribuídas, bem assim sobre o mérito de todos os assuntos atinentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e das proposições que versem: a) matéria de direito civil.”

— não é o caso —

“(b) — direitos políticos, da pessoa humana e garantias constitucionais.”

Ocorre que, em se tratando de desapropriação fere-se o direito de propriedade que está garantido na Constituição. E por aí entendi que deveria entrar no mérito. E se houvesse dúvida quanto a esse dispositivo, nós temos inclusive a letra, “d” do § 4º do art. 28, que diz: “que a Comissão de Constituição e Justiça abordará o mérito da questão, quando se tratar de desapropriação”. E se bem me lembro, nobre Deputado, ontem ao ler o projeto de autoria do Governo, diz o seu art. 1º:

Art. 1º “Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar as ações do complexo Sulbrasileiro e Habitasul”.

Ora, Sr. Presidente, em momento nenhum eu extrapolei. Se entrei no mérito foi porque tinha necessidade e obrigação até de entrar no mérito, porque assim determina o Regimento Interno. Em momento algum o PMDB, através de sua liderança, pediu o levantamento da sessão. E em momento algum aquele parecer que exarei daquela tribuna vincula a orientação do Líder do meu Partido.

Mas, Sr. Presidente, quero ir mais adiante. Talvez o nobre Deputado Hugo Mardini não tenha se apercebido de uma coisa; que ontem agindo como agi, de certa forma eu permiti que se discutisse amplamente esta matéria, porque se eu me cingisse unicamente aos aspectos de inconstitucionalidade haveria o pré-julgamento ou a pré-discussão do meu parecer, e o assunto morreria na “toaca”, o assunto morreria na casca. Porque nós estamos vendo aqui, ainda no § 4º, do art. 28 que, sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, por maioria e etc., der parecer pela inconstitucionalidade da proposição, será a proposição arquivada. Se ontem eu ficasse unicamente nas preliminares de que o projeto é inconstitucional, não tenho dúvidas quanto a isso; mas se eu ficasse unicamente nas preliminares, se eu não entrasse no mérito, nós não estaríamos hoje, ainda, discutindo o assunto do Sulbrasileiro. Foi muito a propósito que procurei uma saída até política, sendo inconstitucional a matéria enviada pelo Poder Executivo, eu votei pela inconstitucionalidade, dei o meu parecer pela inconstitucionalidade, porém no mérito, e por isso entrei no mérito, nobre Deputado, eu apresentei um substitutivo. E a partir deste momento abri as comportas para que todas as outras comissões, 1/10 de cada Bancada, o Líder da Maioria e o Líder da Minoria também pudessem apresentar os seus substitutivos.

Entendo, Sr. Presidente, e defenderei até o último minuto o parecer que exarei. Assumo total e irrestrita responsabilidade sobre meu parecer, mas não posso admitir, Sr. Presidente, que se faça uma injustiça contra mim e que se queira vincular a vontade do Partido, como um



todo, ao parecer exarado pelo eventual Relator designado pela Mesa.

Eram as considerações que gostaria de fazer para deixar bem clara a situação. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Francisco Dias.

**O SR. FRANCISCO DIAS** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Temos constatado que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil procura sempre influir em todos os assuntos de interesse do Estado. A opção pela política, em detrimento da difusão do evangelho, tem sido uma constante dos Bispos brasileiros. A presença da Igreja nos segmentos da sociedade, visando ocupar espaços sem interesses espirituais, é algo que deve ser analisado de forma preocupante, se considerarmos a possibilidade de a Igreja tornar-se uma espécie de governo paralelo, querendo ditar ordens e diretrizes, no que tange aos problemas sociais e econômicos do povo brasileiro.

Mas não satisfeita com esta presença nos assuntos de Estado, a CNBB vem agora lançando os seus tentáculos contra os demais grupos religiosos instalados no Brasil.

É o que se conclui a partir de publicações, na imprensa, de enxertos de um documento que os Bispos remeteram à Secretaria para a Unidade dos Cristãos, no Vaticano, no qual sugerem a realização de "pesquisas aprofundadas sobre o que se chama de movimentos religiosos livres na América Latina".

O assunto me parece profundamente grave quando se sabe que a CNBB, no mencionado "relatório", tenta envolver o Governo dos Estados Unidos da América. Insinuam os Bispos que a CIA — Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América, vem se infiltrando entre as camadas populares brasileiras através de missionários não católicos. E faz esta denúncia ao Vaticano, que, conforme sabemos, é um Estado organizado politicamente, naturalmente infiltrado em todos os Estados e governos onde o catolicismo se mostra organizado e atuante.

Estranho, Sr. Presidente, que o documento dos Bispos tenha sido preparado pela chamada Equipe de Ecumenismo e Diálogo Religioso. Não se sabe, agora, se mencionada Equipe é de diálogo ou de espionagem.

A "espionagem religiosa" é uma atividade que até agora se fazia desconhecida, mas que se mostra filha dileta das correntes do falso ecumenismo. O que se conhece do documento enviado ao Vaticano pela CNBB tem todas as características de um trabalho de espionagem. Analisa o crescimento das comunidades evangélicas, o trabalho dos missionários não católicos, o crescente número de adesões ao protestantismo e a outros grupos religiosos, determina a presença de recursos pessoais e econômicos de outros países nos movimentos de evangelização não católicos, para, também, dizer que "há indicações de que este plano... faz parte também da geopolítica norte-americana. Haveria infiltração da CIA em certos grupos ou estes estariam a serviço da mesma. O problema é sério e exige pesquisas mais aprofundadas...".

Quero lamentar, Srs. Congressistas, este comportamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A comunidade evangélica, representada pelas igrejas chamadas protestantes, tem tido o cuidado permanente de cuidar dos interesses espirituais do povo brasileiro, ajudando o Governo, sem se constituir em uma linha paralela, nos setores em que pode realmente atuar como ajudadora.

Não são as Igrejas Evangélicas, e nem as Missões que com elas trabalham, agências políticas a serviço de interesses de governos estrangeiros. Pastores e missionários sabem entender perfeitamente a linguagem bíblica que os ensina a serem, neste mundo, "estrangeiros, em busca de uma Pátria melhor". O sentido figurado e espiritual do

texto de Hebreus é profundamente significativa e aplicável a quem, em toda e qualquer parte do mundo, se sente vocacionado para o serviço da pregação do Evangelho.

Se evangélicos, hoje, influem pessoalmente, em setores da atividade nacional, e se fazem presentes nos diversos segmentos representativos da sociedade, isto é uma decorrência natural de um trabalho eficiente das Igrejas, na pregação e na doutrinação do povo para o conhecimento pleno da verdade escriturística. A Graça de Jesus, que salva o pecador, não é monopólio de uma Igreja e nem de um grupo social e legalmente organizado. É isto que a CNBB não quer entender. Por isso, busca outras razões que justifiquem o avanço do evangelho através de outros pregadores, que não os Padres e Bispos filiados à Igreja Católica Romana.

Registro minha estranheza pelo fato de a CNBB estar remetendo ao Vaticano informes sobre grupos que não se filiam à linha política e religiosa dos Bispos brasileiros. Esta ingerência e esta espionagem devem ser denunciadas e avaliadas, pois que nos deixam, evidentemente, suspeitar de que outras formas de espionagem podem estar sendo praticadas sob a influência ou a tutela daquela conferência.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Sr. Deputado Hugo Mardini.

**O SR. HUGO MARDINI** (PDS — RS. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Indiscutivelmente ninguém pode ignorar que alguns setores vem procrastinando este projeto do Governo — vamos deixar muito claro aqui — porque ninguém deseja esconder a verdade. O PDS é minoria nesta Casa, Sr. Presidente; o PMDB tem 200 parlamentares na Câmara Federal e o PFL quase uma centena de parlamentares. O número necessário para aprovação aqui do Projeto Sulbrasileiro é de 240 votos favoráveis ao projeto, se toda a Câmara aqui comparecer para votar o projeto. Portanto, os 200 parlamentares do PMDB, mais quase 100 da Frente Liberal, são 300 Deputados Federais, portanto, é um número suficiente, meu prezado companheiro e colega, para a aprovação deste projeto, sem um voto sequer do PDS. Nós estamos vendo, entretanto que aqui quem organiza a Ordem do Dia é a maioria da Câmara Federal, e a Mesa, consequentemente, da Câmara dos Deputados. O projeto está em regime de urgência, urgência urgentíssima, e os relatores estão designados.

Ontem V. Exª fez o relatório e outro representante do PMDB, Deputado Alberto Goldman, pediu 48 horas de prazo, que é direito que ele tem de acordo com o Regimento Interno da Casa para apresentar o seu relator. A verdade, Sr. Presidente, é que este problema está sendo conduzido por alguns, procurando demagogicamente usar uma expressão de que esses recursos vão ser retirados de alguns Estados brasileiros; isto é uma demagogia, porque não corresponde a verdade, uma linguagem que apenas interessa a algumas oligarquias, mas que não atende afetivamente o interesse do povo. Em segundo lugar, este projeto não vai absolutamente fazer outra coisa senão resolver um dos mais graves problemas econômicos que se abateram nos últimos anos, sobre a Região Sul do Brasil, e especialmente o Rio Grande do Sul, porque ele está diretamente vinculado ao desempenho da economia do Estado, através da sua agricultura, da sua pecuária, do seu comércio e da sua indústria. Portanto é um projeto e é uma decisão de Governo. Este projeto não está aqui por proposta do PDS, está aqui por proposta do Governo Federal, por uma proposta subscrita pelo Presidente da República e com uma exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda.

O que esperamos e o que esperávamos é que se o PMDB, que é o Partido majoritário nesta Casa, tivesse alguma dúvida, nesta Casa, era muito simples, Sr. Presidente; bastava que convidasse o Sr. Ministro da Fazenda

para que aqui viesse esclarecer as dúvidas dos ilustres deputados que tivessem necessidade de algum esclarecimento. Se não quisessem, trazê-lo por convite, o Governo tem hoje número suficiente para fazer aprovação aqui na Câmara de um requerimento de convocação para que o Ministro aqui comparecesse. Entretanto, nenhuma dessas duas providências foram tomadas pelo PMDB, nem o convite ao Ministro da Fazenda, nem tampouco pelo PFL e, muito menos, a convocação.

Presume-se, Sr. Presidente, que se os Partidos do Governo decidiram não fazer isso é porque possuem os esclarecimentos necessários para deliberarem sem a necessidade de convocação do responsável pelas finanças públicas do País, o Sr. Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, cuja posição está clara na Exposição de Motivos na qual ele propõe recursos da ordem de 900 bilhões de cruzeiros destinados à desapropriação das ações do Banco Sulbrasileiro. O que nós queremos é que os dirigentes do sistema Sulbrasileiro e Habitasul sejam responsabilizados, que os inquéritos sejam feitos e sejam punidos da forma da lei, do Código Penal, da Lei de Sociedade Anônima.

Mas isso, Sr. Presidente, é ação do Governo, isso é ação do PMDB e do PFL que constituem, exatamente, a base do Governo neste parlamento, é ação da Procuradoria Geral da República, do Ministro da Justiça, da Polícia Federal, do Imposto de Renda — isso não é nosso. Então, o que eu espero, o que todos esperamos é que a paixão de alguns ceda lugar à razão. Que não se levem aqui, em consideração, interesses de grupos, de bancos, concentrados no Estado de São Paulo, que querem, desejam e torcem pela liquidação extrajudicial do sistema Sulbrasileiro e Habitasul.

Eu chamo a atenção dos Srs. Congressistas, dos Srs. Deputados, da Liderança do PMDB e dos Srs. Senadores, porque se for feita — os cálculos estão aí, originários do Ministério da Fazenda — a liquidação extrajudicial, ela custará aos cofres da União dois trilhões e duzentos milhões de cruzeiros. E se forem injetados os recursos no sistema, se for desapropriado o sistema, se ele for para o controle da União, são necessários novecentos bilhões de cruzeiros.

Se este não for o caminho há o caminho do substitutivo, Sr. Presidente. Há quase meia dúzia deles. Mas o que não pode ser dito aqui é que não há solução. Ela pode ser feita, ou pelo projeto do Governo, ou através de um dos substitutivos, como aquele que foi feito pelas Lideranças, que cria um banco federal de nível regional, com a finalidade específica de promover ação de desenvolvimento, ali nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Portanto, Sr. Presidente, eu, sinceramente, desejo que no dia 7 de maio — conforme li nos jornais, foi acordado pela Liderança da Maioria — aqui se vote o projeto; mas aqui não se vote, aqui se aprove uma medida verdadeira, realista, que atenda os interesses do País como esta que constitui um banco federal, de controle federal, e um banco regional envolvendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem. Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walmor Giavarina, para uma comunicação de Liderança.

**O SR. VALMOR GIVARINA** (PMDB — PR. Para comunicação pela Liderança. Sem revisão do Orador.) — Sr. Presidente: Mais uma vez, eu não entro no mérito da questão, mas eu quero e preciso dizer, neste momento, Sr. Presidente, que o ilustre Deputado no exercício eventual da Presidência do PDS, mais uma vez cometeu uma impropriedade ao querer acusar o PMDB e o Partido da Frente Liberal por uma suposta procrastinação no caso do Sulbrasileiro.

Devo dizer a S. Exª que já estava o requerimento assinado na semana passada para que se solicitasse urgência na tramitação da matéria; todavia, em virtude do faleci-

mento do Presidente da República, Senhor Tancredo Neves e, conseqüentemente, pelo levantamento das três sessões da semana passada e o luto oficial de oito dias, esta Casa não funcionou. E no primeiro dia útil depois da semana de luto, qual foi a primeira coisa que aconteceu nesta Casa? A Comissão de Constituição e Justiça, através do Relator designado pela Mesa, veio àquela tribuna para oferecer o seu parecer.

Deve conhecer o Regimento Interno V. Ex<sup>a</sup>, e sabe perfeitamente tanto quanto eu sei, tanto quanto sabem os Deputados desta Casa, que toda vez que o Relator, mesmo em regime de urgência, opta ou conclui por um substitutivo, a matéria sai de pauta para a publicação — foi o que aconteceu ontem. Também sabe V. Ex<sup>a</sup> que a Comissão de Mérito propriamente dita, falará sempre depois da comissão das Preliminares, da Comissão Admissibilidade, que é a Comissão de Constituição e Justiça. E este deve ser o motivo pelo qual o Presidente da Comissão de Economia pediu 48 horas para exarar o seu parecer. Mas tudo está cronometrado, Sr. Presidente e nobre Deputado, para que no dia 7 se vote esta matéria, se votando por este ou por aquele substitutivo ou se rejeitando a matéria, porque é o Plenário que irá decidir.

O que eu quero deixar bem claro, Sr. Presidente, é que por maior força que se faça nesta Casa, não será possível vencer as etapas sem chegarmos no dia 7. Não será possível antecipar a votação desta matéria, porque na quinta-feira dará o parecer daquela tribuna o Sr. Relator da Comissão de Economia, e na sexta-feira não temos Ordem do Dia, de modo que a matéria voltará para a segunda-feira, dia 6. Havendo uma ou outra emenda, ela voltará novamente para publicação, e será votada, seguramente, no dia 7 ou no dia 8.

De modo que, Sr. Presidente, que eu repilo esta insinuação de que o PMDB e o PFL estão procrastinando a votação desta matéria.

**O Sr. Celso Barros** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma comunicação de liderança, do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros, como Líder.

**O SR. CELSO BARROS** (PFL — PI. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Este problema do Sulbrasileiro vem se arrastando há muito tempo, servindo de pretexto para alguns que, injustificadamente, têm interesse de se colocar bem perante o seu eleitorado. Evidentemente, que os nobres representantes do Rio Grande do Sul têm, eu diria, o justificado interesse em demonstrar neste plenário que são eles que defendem a causa mais justa, por ser a causa que mais rendimento lhes traz.

Mas não é só isso, Sr. Presidente, o que nos anima a tomar posições nesta Casa. Desde o primeiro momento ficou patenteado o apoio do Partido da Frente Liberal e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a uma solução no problema do Sulbrasileiro. Mas, não queremos uma solução demagógica, nós queremos uma solução justa, que se ajuste, portanto, aqueles que realmente foram prejudicados com os desregramentos, com os atos ilícitos daqueles que, na época em que o PDS era maioria nesta Casa, em que estava na Presidência da República o Presidente de honra do PDS, esses fatos ocorreram lamentavelmente. Nós pensamos no problema dos vinte mil empregados do Sulbrasileiro e queremos uma solução viável, que atenda, não apenas aos interesses desses milhares de funcionários, mas, também, possa trazer a punição para aqueles que não souberam gerir os bens públicos e são os responsáveis por esta situação difícil em que nos encontramos.

Quando pensamos nos vinte mil empregados desempregados na questão do Sulbrasileiro, também pensamos na situação de quinhentos mil nordestinos que estão sendo prejudicados pelas enchentes, que estão marginaliza-

dos pela sociedade, os quais jamais tiveram a oportunidade de ter um emprego sequer. Nós temos de pensar nos problemas nacionais e não nos problemas, exclusivamente, do Rio Grande do Sul. Trata-se de um problema nacional, eu sei bem disto, mas, é um problema, principalmente, do Rio Grande do Sul, tanto que nos pequenos estados os prejuízos causados pelo Sulbrasileiro são relativamente pequenos. Isto porém, não nos importa, o que nos importa é solucionar os problemas do banco, sobretudo, para atender a situação difícil em que se encontram os funcionários em razão de atos criminosos daqueles que, no passado, não no presente, levaram os bancos ligados a este sistema a uma situação deficitária, a uma situação de falência e a uma situação de insolvência que lamentamos, sobretudo, porque ela teve como consequência aquilo a que chegaram esses vinte mil funcionários. Mas, não devemos resolver este problema passionalmente, devemos resolvê-lo com critério justo, racional, para que possamos encontrar a melhor solução. É isto que está sendo feito. Procuramos não adiar para não resolver, mas adiar para encontrarmos a melhor solução e que os funcionários do Sulbrasileiro possam sair daqui conscientes de que a decisão não foi feita num clima demagógico, mas num clima criterioso de estudo e de análise que é, realmente, o clima em que se concentram as soluções boas e onde se resolvem os melhores problemas.

Por isto, não se pode, absolutamente, rogar à Frente Liberal ou ao PMDB qualquer responsabilidade nesta emergência. O que desejamos é que a solução seja a desejável para os vinte mil funcionários e, também, para a Nação brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1984 (nº 3.762/84, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o preço de comercialização da safra da uva, tendo

RELATÓRIO, sob nº 8, de 1985-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A matéria vetada exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse número, deixa de ser procedida a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras tendo

RELATÓRIO, sob nº 4, de 1985-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, fica a votação adiada por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 1984 (nº 1.529/83 na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre as autarquias profissionais.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado seu relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, fica a votação adiada por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 1984 (nº 2.424/83, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do Magistério Superior e dá outras providências, tendo

RELATÓRIO, sob nº 7, de 1985-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

**O Sr. Juarez Bernardes** — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Bernardes para discutir.

**O SR. JUAREZ BERNARDES** (PMDB — GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O projeto de lei, de nossa autoria, que levou o nº 2.424/83 e 176 no Senado Federal, estabelece normas com relação à aposentadoria do professor universitário.

O nosso projeto, Sr. Presidente, vinha exatamente estabelecer um princípio de justiça com relação ao professor celetista e estatutário e que, infelizmente, foi vetado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Baptista Figueiredo.

Este projeto, Sr. Presidente, mereceu o apoio unânime de todas as Comissões, sem um voto sequer contrário em todas as Comissões Técnicas da Câmara Federal. Foi aprovado unanimemente por esta Casa e, posteriormente, aprovado por unanimidade no Senado da República. Infelizmente, mesmo com todo esse apoio do Congresso Nacional, ele mereceu o veto presidencial.

O nosso projeto estabelecia o seguinte:

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 37 da Lei nº 5.540, de 28 de setembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. Ao pessoal do magistério superior das instituições de ensino vinculadas ao MEC, admitido mediante contrato de trabalho, aplica-se a legislação trabalhista, observadas as seguintes regras especiais:

I — a aquisição da estabilidade é condicionada à natureza efetiva da admissão, não ocorrendo quando a permanência no emprego depender da satisfação de requisitos especiais apurados de acordo com a legislação do ensino;

II — A aposentadoria do pessoal do magistério superior, referido neste artigo, far-se-á pela previdência social, cabendo à instituição, pela qual o servidor tenha se aposentado, complementar o respectivo benefício a fim de equipará-lo ao valor da aposentadoria a que o servidor faria jus no regime estatutário.

III — A aposentadoria compulsória do pessoal docente referida neste artigo far-se-á aos 70 anos para os professores, aos 65 anos para as professoras, independentemente de qualquer indenização.”

Art. 2º As disposições do artigo anterior se aplicam também aos docentes já aposentados a aqueles que na época já eram aposentados pela previdência social, caso em que a complementação far-se-á em relação ao benefício da primeira aposentadoria pelo INPS.

Art. 3º Caberá, sempre, ao aposentado, comprovar o valor do benefício recebido do INPS para que o órgão pagador possa proceder ao reajustamento de forma a atender ao disposto nesta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nós apresentamos, Sr. Presidente, a seguinte justificativa ao nosso projeto:

“Este projeto de lei que temos a elevada honra de submeter à apreciação dos nobres colegas objetiva, como seu texto indica, a regular a aposentadoria do pessoal do magistério superior, admitido mediante contrato de trabalho e regido pela legislação trabalhista.

Para isso, estamos procurando modificar a redação atual do art. 37 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Procuramos estabelecer, no novo texto proposto, a observância de três regras especiais no que concerne à aquisição da estabilidade, à aposentadoria simples e à aposentadoria compulsória.

Visamos, com isso, ao aprimoramento do referido texto legal, buscando atingir uma regulamentação mais consentânea e de elevado interesse social para a nobre classe dos professores do magistério superior.

Contamos, para isso, com o apoio dos nobres Pais para a aprovação de nossa iniciativa.”

Nós temos recebido, Sr. Presidente, muitas manifestações de professores do Brasil inteiro que serão beneficiados com esta medida. Serão em torno de 70 mil professores que são terrivelmente prejudicados.

Recebemos do meu Estado uma manifestação da Associação dos Professores Universitários de Goiás.

Eu tomo a liberdade de fazer ciente a Casa, muito embora ela tenha sido encaminhada a cada gabinete, a cada escaninho dos Parlamentares.

Ela diz o seguinte:

“Senhores Congressistas

A existência de dois regimes jurídicos no Serviço Público Federal, o estatutário e o celetista, criou uma situação profundamente discriminatória em desfavor dos docentes das instituições de ensino vinculadas ao MEC, admitidos mediante contrato de trabalho.

Se os professores estatutários, hoje maioria nas Universidades Federais, detêm cargos criados por lei, providos através de concurso público, de títulos e provas, os docentes regidos pela CLT ocupam empregos, submetem-se às mesmas exigências para ingresso no magistério superior. As atividades, as atri-

buições e os salários de ambas as categorias não se diferenciam.

A grande e radical diferença reside nos proventos de aposentadoria a beneficiar os professores estatutários em desfavor dos docentes regidos pela CLT: enquanto os professores estatutários, ao se aposentarem, recebem proventos a que se integram as vantagens pessoais (quinqüênios, gratificação de chefia, etc.), geradoras de uma estabilidade financeira, os docentes celetistas têm os seus proventos sujeitos a critérios e cálculos do INPS. É verdade que esses critérios e cálculos estão sendo objeto de decisões contrárias do Tribunal Federal de Recursos e de sistemática campanha da *Folha de S. Paulo*, conforme consta de sua edição de 7 de abril último (Economia — p. 31), com o apoio da OAB/São Paulo.

Eis a razão por que é essencial para as instituições de ensino superior vinculadas ao MEC que seja derrubado o veto apostado ao Projeto nº 176/84, que dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do magistério superior, regido pela CLT.

A grande novidade no Projeto nº 176/84, de autoria do Deputado Juarez Bernardes, PMDB — GO, é o fato de, fundamentando-se no artigo 37 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, propor a introdução de um inciso (II) na redação do artigo citado. Essa introdução definiria uma dicotomia nas fontes pagadoras do pessoal do magistério superior (através da *Previdência Social* e da *Instituição universitária*), *ad-modum* dos ferroviários servidores públicos e outros.

Ora, a Lei nº 5.540 tem sua origem na Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que é o Estatuto do Magistério Superior. E esta prevê, em seu artigo 53, § 3º, que o “provento da aposentadoria em cargo do magistério superior será, também integral, quando o funcionário contar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, dos quais, no mínimo, 15 (quinze) no exercício do magistério”. É verdade que a Emenda Constitucional nº 18 fixou novos prazos para a aposentadoria do ocupante do cargo de magistério, conforme se deduz do Processo DASP nº 16.989/83 — parecer nº 832/83, publicado no *Diário Oficial da União*, Seção I, de 21 de outubro de 1983.

Se não foi revogado o § 1º do art. 13 da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, que modificou dispositivos da Lei nº 4.881-A, é prova de que está em vigor: “os professores contratados terão os mesmos direitos e deveres que os ocupantes de cargos da carreira do magistério, no plano didático, no científico e nos administrativos”.

Ademais, o Projeto nº 176/84 premune um espaço de conflitos entre professores estatutários e docentes celetistas, transforma-se na primeira etapa da futura equiparação dos celetistas aos estatutários e regulariza a situação de aposentadoria daqueles que, embora a caminho da compulsória ou nela instalados, impedem a renovação dos quadros docentes das Universidades Federais.

Ao procedermos a um levantamento da aposentadoria do pessoal do magistério superior em Universidades Federais, verificamos os seguintes dados relativos a 1983 e 1984: a 775 aposentadorias de professores estatutários corresponderam 54 de docentes celetistas.

Não houvesse um argumento mais sério, bastaria que se citasse uma prova mais concreta de situações vexatórias em que se encontram os docentes celetistas: são aquelas explicitadas pelos contra-cheques.

Essas provas podem ser reduzidas a três Quadros.

O **Quadro I** — refere-se a dois casos de professores titulares, lotados na Universidade Federal de Goiás, vinculados a regimes diferentes: o primeiro, **estatutário inativo**, professor titular, em retida, com 25 anos de magistério e chefe de departamento; o segundo, **celetista inativo**, que foi professor titular, em retida, com 50 anos de magistério.

O **Quadro II** — refere-se também a dois casos de professores titulares, lotados na Universidade Federal de Goiás, vinculados a regimes diferentes: o primeiro, **estatutário em atividade**, é professor titular, em retida, com 25 anos de magistério e chefe de departamento; o segundo, **celetista em atividade**, é professor titular, em retida, com 30 anos de serviço público (18 anos de magistério) e chefe de departamento.

O **Quadro III** — refere-se a dois casos de regimes idênticos e vinculados à Universidade Federal de Goiás: o primeiro, **celetista em atividade**, é professor titular, em retida, com 30 anos de magistério; o segundo, **celetista inativo**, foi professor titular, em retida, com 36 anos de serviço público.

Atenciosamente,

ADUFG — Assoc. dos Docentes da U.F. de Goiás.”

E aqui, Sr. Presidente, nós trazemos, exatamente, provas em que se estabelece a grande diferenciação entre o professor celetista e o professor estatutário. Enquanto o estatutário se aposenta com salários integrais, inclusive de chefia de departamento, o professor celetista perde tudo, e ao aposentar-se, ele se aposenta com 1/3 do salário do estatutário. Daí porque a nossa proposição, e aqui, junto a ela, nós temos os contra-cheques de professores aposentados — estatutários e celetistas — mostrando a grande diferença que se estabelece. E nós temos, Sr. Presidente, na Universidade Federal de Goiás, professores celetistas que estão indo de bengala, sem condições de lecionar, mas continuam indo à faculdade porque não têm condições de se aposentar, porque vão perder 2/3 dos seus salários. Então, é de justiça se estabelecer, neste momento, a revogação deste veto, porque é imprescindível que se estabeleça uma isonomia: Professores que regem classe igualmente, ao se aposentarem, eles têm os seus salários totalmente defasados.

Dirijo um apelo ao Congresso Nacional, neste instante, e hoje, infelizmente, não contamos com número, mas, se Deus quiser, no dia 8, quando esse projeto será apreciado, para que compareçam a esta Casa e se faça a justiça devida aos professores do magistério superior do Brasil.


Muito obrigado a V. Exª Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JUAREZ BERNARDES EM SEU DISCURSO:



## QUADRO I

Professor Titular Retide, 25 anos de magistério Chefe de  
Departamento ESTATUTÁRIO INATIVO.

 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**VISO DE RÉDITO**

NOME DO SERVIDOR HELOISA BARRA JARDIM		CPF 002481691-00	MATRÍCULA 50098-7
LOTÇÃO 0001 INATIVO		BANCO 001 00868	AGÊNCIA 000040790-7

RENDIMENTOS		DESCONTOS	
VENCIMENTO/SALARIO	2.943.032,00	ASUFEGO	9.668,00
QUINQUENIO (04)	588.606,00	IRRF	946.566,00
V COMPLEMENTAC. PROV	163.855,00	IAPAS	244.106,00
COMPLEMENTAC. PROV	1.186.635,00	ASUFEGO AUT.	375,00
SALFIO FAMILIA (01)	8.300,00		

02	35	4.890.428,00	1.200.715,00	3.689.713,00	
MES	ANO	TOTAL RENDIMENTOS	TOTAL DESCONTOS	TOTAL LÍQUIDO	DEPOSITO VOTA

Professor Titular Retide, 50 anos de magistério,  
CLT INATIVO.

**GENESCO FERREIRA BRETAS**

BRASIL  
GOIANIA CENTRO GO

85/01/11

0820000 512700 75663826-7 42 00666037 0383 00 00 11 042316

IMPORTANTE					
0000	*****	*****	*****	*****	*****
0105	1.156.034	38.263	57.618	1.060.153	SEU PAGAMENTO
0205	1.123.129	38.263	57.618	1.027.248	SERÁ CREDITADO
0305	1.123.129	38.263	57.618	1.027.248	NO 1. DIA ÚTIL
0405	1.123.129	38.263	57.618	1.027.248	DE CADA MES.
0505	1.123.129	38.263	57.618	1.027.248	

## QUADRO II

Professor Titular Retide, 25 anos de magistério,  
Chefe de Departamento - ESTATUTÁRIO NA ATIVA.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

NOME DO SERVIDOR: MARIA LUDOVICO DE A. E. SILVA

CPF: 002863031-91

MATRÍCULA: 10027-0

2003 DEPTO DE MATERIAS TEORICAS-IA

001 00868 000041474-3

LOCAÇÃO: BANCO: AGENCIA: Nº CONTA:

RENDIMENTOS		DESCONTOS	
VENCIMENTO/SALARIO	2.943.032,00	CARENT. PENSÃO	7.250,00
GRAT. FUNC-1 DOC-S	303.787,00	ASUFEGO	9.668,00
DEDICAÇÃO EXCLUS.	882.848,00	IRRF	893.145,00
V DEDICAÇÃO EXCLUS.	26.358,00	IAPAS	284.678,00
QUINQUENIO (04)	588.606,00		
SALARIO FAMILIA (02)	16.600,00		
<b>TOTAL RENDIMENTOS</b>	<b>4.761.231,00</b>	<b>TOTAL DESCONTOS</b>	<b>1.194.741,00</b>
		<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>3.566.490,00</b>
			<b>DEPOSITO FATS</b>

Professor Titular Retide, 33 anos de serviço público,  
(18 anos de magistério), Chefe de Departamento -  
CLT NA ATIVA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

NOME DO SERVIDOR: HONORINA BARRA SANTANA SOUZA

CPF: 126495891-91

MATRÍCULA: 20767-0

2005 DEPTO DE COMPLEMENTOS ARTISTICOS-IA

001 00868 000040817-4

LOCAÇÃO: BANCO: AGENCIA: Nº CONTA:

RENDIMENTOS		DESCONTOS	
VENCIMENTO/SALARIO	2.943.032,00	ASUFEGO	9.668,00
GRAT. FUNC-1 DOC-S	303.787,00	IRRF	811.962,00
V DEDICAÇÃO EXCLUS.	26.358,00	IAPAS	333.120,00
DEDICAÇÃO EXCLUS.	882.848,00		
ADONDO PECUNIARIO	366.435,00		
SALARIO FAMILIA (02)	16.656,00		
<b>TOTAL RENDIMENTOS</b>	<b>4.539.115,00</b>	<b>TOTAL DESCONTOS</b>	<b>1.154.750,00</b>
		<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>3.384.366,00</b>
			<b>DEPOSITO FATS</b>



**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação fica adiada por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 11 horas e 20 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 e 2, de 1985-CN, e das Mensagens nºs 97 e 98, de 1984-CN, referentes, res-

pectivamente, aos Decretos-Leis nºs 2.131, 2.132, 2.133 e 2.134, de 1984.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 17 minutos.*)

## Ata da 78ª Sessão Conjunta, em 30 de abril de 1985

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência dos Srs. José Fragelli e Passos Pôrto

ÀS 11 HORAS E 20 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevyr Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Leonor Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alércio Dias — PFL; Aluízio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PFL.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

##### Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Orlando Bezerra — PFL; Sérgio Philomeno — PDS.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PFL.

##### Paraná

Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Tarcísio Buriti — PFL.

##### Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

##### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Nelson Costa — PDS.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

##### Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB.

##### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

##### Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

##### Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Paulino Cicero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

##### São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabullini Júnior — PTB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Israel Dias-Novais — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

##### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

**Mato Grosso**

Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

**Mato Grosso do Sul**

Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Aiceñi Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldô Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Bastos — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmória — PMDB; Paulo Meiro — PFL; Renato Vianna — PMDB; Valmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugoardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

**Amapá**

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 196 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Guido Moesch.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Há oradores para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Guido Moesch.

**O SR. GUIDO MOESCH** (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na sessão conjunta anterior, quem ouviu, em precatória, permitam-me qualificar assim, o discurso do nobre Deputado Celso de Barros, bem pode deduzir como o problema do Sulbrasileiro e do Habitasul já se tornou um problema emocional. Não somos nós, os Deputados do Rio Grande do Sul, tanto do PDS, como do PMDB, como do PDT, que estão, monoliticamente, unidos na defesa dessa aspiração que é de vital impor-

tância para a economia do Rio Grande do Sul, não somos nós que difundimos, nesta Casa, esse clima emocional que já está indo até para a paixão. O discurso do nobre Deputado Celso Barros e de outros que se sucedem, no mesmo diapasão, nesta Casa, são discursos repassados de profunda paixão, são passionais, porque faltou apenas dizer, no seu discurso, que o Rio Grande do Sul não pertence mais ao Brasil, ou fazer uma clara pregação seccionista, aqui no Plenário desta Casa, dizendo que o Rio Grande do Sul não mereceria que esse projeto fosse aprovado, que o Brasil nada tem a ver com os problemas do Rio Grande do Sul, que o problema do Sulbrasileiro e do Habitasul é um problema eminentemente gaúcho. Isto é faltar com a verdade, isto é estar exatamente com os horizontes dessa matéria totalmente toldados e obscurecidos. Todos sabemos, e o assunto vem sendo exaustivamente debatido nesta Casa, não por aqueles que o discutem passionadamente, como o Deputado Celso Barros, mas por aqueles que o discutem e o examinam com realismo, com espírito judicioso, aqueles que sabem o que significa o problema do Sulbrasileiro e do Habitasul e a maneira como ele vem sendo estudado, analisado e, objetivamente, encarado nesta Casa pelas comissões técnicas e outros setores que ora o estão examinando.

Sabemos que existe um projeto de lei de autoria do Governo, que encontrou resistência por uma série de problemas. E sobre este projeto de lei original foram apresentados diversos substitutivos pela Bancada do PDS, pela Bancada do PMDB. Um estudo feito, profundamente, se transformou no Substitutivo apresentado pela Bancada do PDT.

**O Sr. Floriceno Paixão** (PDT — RS) — Não. Ele ficou isolado. Depois é que houve a unificação.

**O SR. GUIDO MOESCH** — Exatamente. E esses diversos substitutivos foram consolidados e agora estão oferecendo uma outra face ao projeto de lei que tramita nesta Casa. Então, nós não podemos dar vazão a emoções e a sentimentos passionais no exame desta matéria.

Nós todos lamentamos o que está acontecendo com o Nordeste, sabemos que aquelas enchentes são verdadeiramente catastróficas, sabemos que o povo nordestino está sofrendo profundamente e nós estamos integralmente solidários com ele.

O Rio Grande sempre esteve solidário com o Nordeste, o Rio Grande sempre deu as melhores demonstrações de nacionalidade, tanto assim que firmou, como se diz no Rio Grande, suas fronteiras a pata de cavalo e a ponta de lança. Sempre fomos patriotas acima de tudo, mas sempre encaramos os problemas brasileiros, mesmo os do Nordeste, como um problema de unidade nacional, para a qual nós todos estamos trabalhando, estamos nos esforçando para que ela não seja nunca quebrada.

Vir aqui dizer que o problema do Sulbrasileiro é eminentemente do Rio Grande, que o Nordeste e os outros Estados nada têm a ver com isto, isto é exatamente pôr em perigo o sentimento da unidade nacional. E é isto que nós estamos tentando evitar, porque sabemos que a unidade nacional é o elemento jurídico fundamental para a sobrevivência de um Estado, como é o Estado do Brasil. Não aceitamos argumentos dessa ordem e os rejeitamos; queremos analisar a matéria como outros colegas Deputados estão fazendo, com objetividade, com equilíbrio, com serenidade.

E digo mais, Sr. Presidente, Srs. Congressistas: há dias fiz desta tribuna, numa sessão da Câmara dos Deputados, a denúncia de que, no problema do Sulbrasileiro e no problema do Habitasul, eu sentia uma clara, uma palpável manobra protelatória, ou, como um adje-

tivo, que foi usado há pouco, procrastinadora, da parte do PMDB, principalmente do seu Líder, Deputado Pimenta da Veiga. E o exemplo maior de que essa manobra protelatória tem curso nesta Casa é exatamente a atuação do eminente Deputado Valmor Giavarina, dado na sessão de ontem, com o seu parecer. É impossível que um Deputado combativo, valoroso como é o Deputado Valmor Giavarina, Vice-Líder do PMDB, nesta Casa, e que para ser relator dessa importante matéria na Comissão de Constituição e Justiça recebeu missão especial, é impossível que possa prolatar um parecer daquela ordem, repassado naqueles termos, sem ter dado, antecipadamente, adremente, ciência a seu Líder e dele merecido a concordância para proferir tal parecer. Daí a razão de eu achar que a própria atuação do Deputado Valmor Giavarina vem corroborar denúncias que fizemos desta tribuna, de que é palpável e evidente a manobra protelatória dentro da Bancada do PMDB, para que este projeto role e não seja aprovado nesta Casa. E a cada dia que passa o Sulbrasileiro tem um prejuízo de mais de dois bilhões de cruzeiros, está num processo de verdadeira autofagia, de verdadeiro autodevoramento, que pode, inclusive, tornar, no dia de amanhã, seu saneamento inviável. E essas manobras protelatórias, essas estratégias procrastinadoras é que nos preocupam, porque cada dia que passa nós e o Rio Grande estamos perdendo muito. E por extensão o Brasil — porque o problema do Habitasul e Sulbrasileiro não afeta só a economia do Rio Grande, afeta a economia de todo o País. O Rio Grande se aflige, se angustia, e vive verdadeiros momentos de martírio, quando sente que no Congresso Nacional estão sendo tomadas medidas que, de forma alguma, se coadunam com os mais legítimos e justos interesses do Rio Grande do Sul. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marchezan.

**O SR. NELSON MARCHEZAN** (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho a esta tribuna no sentido de contribuir para o exame desapassionado dessa matéria e gostaria de que as minhas observações fossem entendidas como uma contribuição a que encontrássemos uma solução. E começo por dizer, Sr. Presidente, que, entre os substitutivos e emendas alternativas, temos um leque de opções que nos permitem, desde logo, escolher a solução mais adequada para resolver o problema do banco Sulbrasileiro e também atender ao interesses do País.

Mas uma coisa está nos faltando neste momento, que é a análise daquilo que estamos fazendo. Começaria por dizer que ontem procurei os Deputados Pimenta da Veiga e José Lourenço, respectivamente Líderes do PMDB e da Frente Liberal, para ponderar a eles que, ao longo desses dias, não tenho sentido ninguém negociando dentro desta Casa e no Congresso; não tenho sentido ninguém buscando o entendimento conciliador para realizarmos, construirmos um projeto possível. E certamente os afoitos me responderiam que este Congresso tem autonomia e liberdade de decidir. Não nego isso. Só acho que temos o direito de conhecer a posição do Governo, até onde vai o Governo, para que de posse desses dados possamos ou votar no projeto de acordo com que o Governo aceita ou, então, correremos o risco, consciente, de votarmos alguma coisa que o Governo não venha a aceitar. Acho que a compreensão disso é de fundamental importância para a tomada de posição nossa.

Tenho ouvido aqui, neste plenário, Deputados declararem que no instante em que o Governo submeteu a matéria ao Congresso, este tem a liberdade de tomar a decisão e que o Governo se subordina a ela. Ouço isto seguidamente de Líderes ou Vice-líderes no exercício da



liderança dos partidos que integram o Governo. Todavia, as informações que tenho não são essas. O Governo ainda não se comprometeu com o substitutivo e o projeto do Governo não passa no Congresso, e do substitutivo que tem alguma chance de passar o Governo não nos assegurou, ainda, nenhuma garantia que o aprovará.

Neste sentido conversei longamente, ontem, com o ilustre Deputado Pimenta da Veiga, que me recebeu de forma que só posso registrar e agradecer como só acontece entre parlamentares que se respeitem e eu o respeito. Ele me prometeu envidar esforços junto ao Governo, para que ele possa vir aqui a esta tribuna e definir claramente a posição do Governo.

Mas, ontem à noite, para tratar de interesses do Governo do Rio Grande do Sul, acompanhei a bancada numa entrevista com o Ministro Francisco Dornelles aqui na Câmara. E trago também esse depoimento à Casa, para que ele contribua para a análise e a busca de uma solução. E senti claramente de S. Ex<sup>a</sup>, a qual também nos recebeu de forma afável, cavalheiresca, educada, atenciosa — senti dele que desejava o respaldo ao projeto do Governo e que as alternativas que aqui se discutem, de estatização, não têm o compromisso do Governo; ao contrário, têm uma posição contrária do Governo se essas soluções forem encontradas.

Então, é preciso que a Câmara tome conhecimento disso. Estou consciente, estou ciente, estou convicto de que o Líder do Governo, o Líder do PMDB e o Líder do PFL, os meus amigos Deputados Pimenta da Veiga e Deputado José Lourenço não de envidar esforços para nos trazer aqui uma posição do que é possível e do que não é possível, para que possamos negociar uma saída concreta e real, para que a votação nossa não se constitua mais numa frustração para esta Casa e para o meu Rio Grande.

Acho que estas observações devem ser consideradas pelos meus nobres pares, para que não laboremos em equívoco; e esta intervenção minha tem a intenção clara, sincera e real de colega, de brasileiro, de parlamentar, para que busquemos realizar aquilo que é da nossa tarefa: o diálogo e o entendimento aqui dentro.

Se nós votarmos qualquer coisa que redunde na radicalização ou redunde numa não aprovação, estaremos agravando um problema social sério e grave para o meu Estado; estaremos agravando a economia de um Estado que merece outro tratamento, mas sobretudo estaremos também mostrando a nossa incapacidade de resolver um problema que nos é submetido.

Se o Governo fez o projeto de forma inadequada — e elogia o Governo pelo gesto de submeter e revisar — eu não posso ter as mesmas palavras de apreço para a solução desse projeto que me parece um projeto falho, não completo. Mas eu registro, com prazer, que o Governo agiu corretamente ao consultar o Congresso. Agora, precisamos exercer o nosso dever, o nosso direito de dialogar, de trazer o Governo, através dos seus líderes, para um diálogo. Eu tenho a certeza que passados esses dias de extrema e compreensível dificuldade que viveu o nosso País, foram dramáticos dias e acho que é hora de nós nos sentarmos ao redor de mesa. Aliás, é o que o Deputado Pimenta da Veiga prometeu fazer — para que possamos negociar, claramente, aquilo que é possível e aquilo que não é possível. E os Deputados que quiserem divergir do Governo poderão fazê-lo, mas seguramente nós teremos condições de saber o que é possível e se o Governo realmente irá emprestar solução para resolver esse problema.

A par disso, Sr. Presidente, eu gostaria de colocar um outro aspecto do problema. Acho que a discussão Nordeste/Sul do País está sendo uma discussão errada, terrivelmente errada, eu diria até criminosamente errada. O que nós devemos é resolver o problema do Banco Sulbrasileiro à luz dos interesses daquela região, e à luz

dos interesses nacionais, sem prejuízo de que busquemos soluções para o Nordeste à luz dos interesses do Nordeste e do interesse nacional, uma solução não implica a outra. Tentar, como tentam alguns, sorrateiramente, ou inconscientemente, ou inadvertidamente, embora acredite no seu patriotismo, dizer que ao se dar alguma coisa para o Rio Grande se está tirando do Nordeste, isto é uma mentira, é uma inverdade, e é um exercício de uma prática que só presta desserviço ao País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, podemos nós, conscientemente, resolver os problemas do Rio Grande sem prejuízo do Nordeste, e resolver os problemas do Nordeste, sem prejuízo do Rio Grande do Sul. Qualquer prejuízo que façamos ao Nordeste, é prejuízo para o Rio Grande do Sul, e qualquer prejuízo que façamos ao Rio Grande do Sul, também é prejuízo para o Nordeste. Porque o Rio Grande do Sul, o Paraná, ou Santa Catarina, com os seus problemas resolvidos não prejudicam, mas ajudam o Nordeste. Como o Nordeste, equacionados os seus problemas, ajuda o Rio Grande do Sul e o resto do País.

Eu queria que nós nos entendêssemos em torno destas colocações para que não dessem ensejo e se espalhasse para o resto do País esta idéia, de que colocar dinheiro para resolver ou equacionar um problema de um banco, que nos interessa, seria em detrimento de uma população carente, que sofre.

Sr. Presidente, há um outro aspecto ainda que eu gostaria de acentuar. Não raro, não passa despercebido que nos parecesse se dá a idéia de que o Banco Sulbrasileiro foi alguma coisa que nasceu ontem, que irresponsavelmente foi administrado com defeitos — e até admito que o foi — mas eu queria registrar para esta Casa que o Banco Sulbrasileiro é o resultado do Banco da Província que foi criado em julho de 1858; do Banco Nacional do Comércio, que foi criado em 1895; e do Banco Industrial e Comercial do Sul, criado em 1919. Portanto, a primeira destas instituições é mais do que centenária, a outra é quase centenária, e a mais nova data do começo deste século. Não se trata de nada improvisado, mas de bancos enraizados na economia do Rio Grande do Sul, nas nossas tradições, e que vêm do século passado, impregnados do espírito da economia da Região Sul do País, sem esquecer o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, se houve, se há erros na administração do banco, não somos nós, nem queremos no projeto que se acoberte qualquer irresponsabilidade, qualquer desvio. Não, nós queremos a aplicação da lei nos empresários, nos diretores, naqueles que cometeram má gestão. Mas, o que nós reclamamos é que para a eventualidade de uma má gestão não se prejudique, não se fira de morte uma economia que deseja ter um respiradouro econômico para ajudar o Brasil! (Muito bem! Palmas das galerias.)

O Sr. Celso Barros — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Eu pediria aos nobres líderes que deixem para o final, o discurso de liderança, porque já está inscrito aqui o primeiro Líder do PDT, Deputado Osvaldo Nascimento.

De modo que, vou conceder a palavra ao Deputado Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais uma vez, venho a esta tribuna, que já ocupei ao longo desses últimos trinta dias, para tratar desse triste episódio que é o do Banco Sulbrasileiro. Depois de várias tratativas, formou-se uma comissão composta de Deputados representantes de cada um dos partidos com assento neste Congresso. Fiz parte, como também o fez,

o Deputado Osvaldo Nascimento, daqueles que estavam representando o PDT, o meu Partido, o nobre Deputado Pratiní de Moraes, representando o PDS, e o Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy representando o PT. Não estavam representados o PFL e o PTB. Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, nós chegamos a uma conclusão. Nós concluímos por um substitutivo comum, aceito por todos os representantes que ali estavam naquelas reuniões. Eu não entendo, Sr. Presidente, e não posso compreender mesmo, porque até hoje não houve o interesse de partes, tanto do PMDB, como do PDS, como do PT, de reunirem as suas respectivas Bancadas para buscar o consenso dentro de cada Bancada. Não sei se houve esta reunião, mas a nós, do PDT, não foi transmitida.

De modo que pouco ou nada valeu aquele trabalho que fizemos ao longo de 3 ou 4 reuniões, e foi comum o ponto de vista a respeito daquele substitutivo, porque ali estavam inscritos os princípios básicos que representam as reivindicações, não só dos funcionários do Sulbrasileiro, como também, os investidores do Sulbrasileiro e mais ainda, ali se procurava uma solução para a economia do Rio Grande do Sul, para que se evitassem dezenas, centenas de falências de micro, pequenas e médias empresas, notadamente no vale do Rio dos Sinos.

Sr. Presidente, não posso entender a procrastinação desta matéria. Não sei mesmo o que está acontecendo! Acho, sinceramente, Sr. Presidente, que são os bancos poderosos e as multinacionais que estão por trás de tudo isso.

Não posso concordar com este argumento de que o Nordeste vai perder, vai ficar mais marginalizado, vai ficar prejudicado com estes 900 bilhões de cruzeiros que vão para o Rio Grande do Sul, mediante um simples empréstimo que é devolvido a curto prazo, ao prazo de um ano, com correção monetária.

Quantas vezes, quantos projetos nós aprovamos aqui, nós do Rio Grande, com o voto do Rio Grande, abrindo créditos especiais para os prejuízos decorrentes de secas e enchentes do Nordeste e outros. Sr. Presidente.

Eu me recordo que, ao longo de tantos anos, na minha vida Parlamentar, nós aqui votamos centenas de projetos e nunca o Rio Grande negou um só voto para o Norte e Nordeste. Nunca! E não vai agora, em um orçamento de mais de 100 trilhões de cruzeiros que um simples empréstimo de menos de 1 trilhão vá prejudicar o Norte e o Nordeste. Então, Sr. Presidente, eu não entendo por que não se vota logo!

Quero endossar as palavras do Líder, Nelson Marchezan, que também está estranhando que não haja, até agora, um consenso, que não tenha havido um entendimento entre o Governo e as suas Lideranças com assento nesta Casa. Nós, em verdade, estamos estranhando tudo isso. É a primeira mensagem que vem do Governo e que, possivelmente, será rejeitada, Sr. Presidente. Não se entende isso! Uma mensagem presidencial, deste Governo, poderá até ser rejeitada por este Congresso, que lhe dá sustentação política aqui dentro.

Portanto, Sr. Presidente, eu concluo mais uma vez as minhas palavras, a minha intervenção, para que haja, o quanto antes, a discussão e a votação dessa matéria, que já está esgotando até a paciência de todos nós.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento, por delegação da Liderança do PDT.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Nós vamos ler o substitutivo que o ilustre Deputado Floriceno Paixão enfocou, substitutivo este que é a

síntese dos quatro substitutivos do PDT, do PMDB, do PT e do PDS.

As Lideranças dos Partidos reuniram-se e delegaram poderes a colegas Deputados, entre os quais o Deputado Pratini de Moraes, o Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, o Deputado Irajá Rodrigues, o Deputado Floriano Paixão e este que vos fala.

Após um estudo aprofundado dos substitutivos, e do substitutivo do Governo, nós tiramos uma decisão de consenso:

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

"Autoriza a desapropriação de ações das companhias que menciona e a abertura de crédito especial de até Cr\$ 900.000.000,00, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar as ações representativas do capital das seguintes companhias sob intervenção ou liquidação precedidas pelo Banco Central do Brasil previstas na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1984:

#### I — CONGLOMERADO SULBRASILEIRO:

- a) Banco Sulbrasileiro S/A — sob intervenção;
- b) Banco de Investimento Sulbrasileiro S.A. — sob intervenção;
- c) Sulbrasileiro Crédito, Financiamento e Investimentos S/A — sob intervenção;
- d) Sulbrasileiro S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio — sob intervenção;
- e) Sulbrasileiro S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários — sob intervenção;
- f) Sulbrasileiro S/A Crédito Imobiliário — em liquidação extrajudicial.

#### II — CONGLOMERADO HABITASUL:

- a) Banco Habitasul S/A — sob intervenção;
- b) Habitasul Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A — sob intervenção;
- c) Habitasul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A — sob intervenção;
- d) Habitasul Leasing S/A — arrendamento mercantil — sob intervenção;
- e) Habitasul Crédito Imobiliário S/A — em liquidação extrajudicial.

Art. 2º A União será, desde logo, imitida na posse das ações desapropriadas, mediante depósito do valor de patrimônio líquido dessas ações, determinado com base em balanço levantado pelo interventor, na data da publicação do decreto de desapropriação, e certificado por auditor independente, acrescido do valor estimado dos bens intangíveis.

Parágrafo único: Na companhia em que o valor do patrimônio líquido for negativo, o depósito previsto neste artigo será de um cruzeiro para cada cem mil ações ou fração.

Art. 3º A União Federal, uma vez imitida na posse das ações desapropriadas, exercerá todos os direitos inerentes à sua condição de acionista, inclusive o de votar, em Assembleia Geral, o saneamento financeiro da sociedade, mediante reconhecimento da perda de capital social, o agrupamento de ações, o aumento de capital social, o exercício ou cessão de direito de preferência para subscrição de aumento de capital, a transformação, incorporação, fusão ou cisão, e qualquer outra alteração do estatuto social.

Art. 4º Os conglomerados referidos no art. 1º desta Lei serão fundidos em instituição financeira pública federal, sob a forma de sociedade de economia mista, como definida pelo art. 22 e parágrafos da Lei nº 4.595,

de 31 de dezembro de 1964, com a denominação de Banco Meridional do Brasil S/A.

Parágrafo Único. As companhias pertencentes aos conglomerados de que trata o artigo 1º desta Lei, que por sua natureza, não puderam ser incorporadas pelo Banco Meridional do Brasil S/A; serão consideradas suas subsidiárias.

Art. 5º O capital inicial autorizado do Banco Meridional do Brasil S/A é de Cr\$ 1.600.000.000.000 (um trilhão e seiscentos bilhões de cruzeiros), ficando, desde já, a União, autorizada a subscrever e a integralizar Cr\$ 900.000.000.000 (novecentos bilhões de cruzeiros) com recursos provenientes do crédito aberto no artigo 10 desta Lei, sendo as demais ações subscritas e integralizadas nos termos do art. 9º

Parágrafo Único. A União deterá, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias do Banco Meridional do Brasil, ficando assegurada a manutenção de, no mínimo 60% (sessenta por cento) das cartas patentes e agências bancárias das empresas referidas no artigo 1º

Art. 6º O Banco Meridional do Brasil S/A terá sede na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, sendo administrado — este detalhe é importante — por um Conselho de Administração, composto de 6 (seis) membros e uma Diretoria, composta de 5 (cinco) membros, sendo um presidente e quatro diretores.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão escolhidos dentre de ilibada conduta e reconhecida competência, sendo nomeados pelo Presidente da República.

Portanto, não serão os corruptos anteriores que serão diretores do banco. Os futuros diretores do banco serão nomeados pelo atual Presidente da República com um representante dos funcionários do banco.

"§ 2º Em cada uma das companhias, um dos administradores será eleito por seus funcionários, através de sufrágio livre, direto e secreto, cujas normas serão definidas de comum acordo entre a direção do banco, os funcionários e o respectivo sindicato profissional."

Art. 7º Com a posse dos novos administradores, o Banco Central do Brasil declarará a cessação da intervenção, mantidos os seguintes efeitos:

I — prosseguimento dos inquéritos para apuração da responsabilidade de administradores e membros do Conselho Fiscal, nos termos dos arts. 41 a 49 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

II — Manutenção da indisponibilidade dos bens administradores, bem como da inexigibilidade dos créditos de que forem titulares junto às companhias em intervenção ou em liquidação, até final apuração das suas responsabilidades."

Portanto, Srs. Congressistas, está aqui o projeto de lei de consenso partidário, das lideranças partidárias, sem dúvida nenhuma estudado com muito cuidado. E não queria se dizer neste Plenário que não houve negociações em cima do projeto.

Pelo amor de Deus, ao levantar-se esse argumento, é desconhecer a realidade da tramitação, dos debates, dos encontros e dos substitutivos que já existem nesta Casa. Este substitutivo é um substitutivo que tem o aval das lideranças de todos os Partidos. Houve consenso, inclusive com liderança do próprio movimento do Banco Sulbrasileiro.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Líder do PMDB, Sr. Deputado Celso Barros, por quem temos um grande respeito pelo seu trabalho nesta Casa, foi muito infeliz quando disse que alguns Srs. Deputados estão usando esses argumentos como pretexto para um trampolim político e se transformar bom-moço diante dos sofridos funcionários do Banco Sulbrasileiro. Pelo amor de

Deus, irmãos! V. Exª é pai de família; talvez foi até trabalhador, operário, e sabe das dificuldades; hoje, em se conseguir um emprego para manter o pão e o seu lar organizado, a sua família decentemente. Esses cidadãos que estão aqui presente, muitos caminhando até a pé, pegando carona em caminhões, moças, senhoras com filhos de 9 meses, vieram para cá, exatamente para dar sustentação e garantia do seu emprego, e o Rio Grande do Sul, num movimento social, se solidarizou e está arremando dinheiro e se cotizando com ônibus, comidas; ontem, mesmo, chegaram 30 sacos de arroz vindos do Rio Grande do Sul para amparar este pessoal que o Governo do PMDB está fazendo vistas grossas e virando as costas para essa gente.

O Sr. Jorge Ueque — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Com muita honra.

O Sr. Jorge Ueque — O Governo responsável do PMDB, ao contrário dos governos irresponsáveis passados, não está fazendo vistas grossas. Eu admito o discurso de V. Exª na busca de soluções que nós estamos buscando. O Governo está fazendo o seu comportamento. O Governo mudou de idéia, não queria aportar recursos por dificuldades técnicas, aportou recursos. O governo mandou o projeto para o Congresso decidir, e o Congresso está debatendo um projeto que está em regime de urgência.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Graças aos pequenos partidos.

O Sr. Jorge Ueque — V. Exª não diga isto.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — O Líder de V. Exª até há pouco não queria assinar o regime de urgência para o projeto tramitar com urgência urgentíssima.

O Sr. Jorge Ueque — Os pequenos partidos não tem como aprovar regime de urgência. Os 20 Deputados que estão aqui com V. Exª não têm.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Exatamente daí nasce a culpabilidade do Partido de V. Exª que não queria assinar o substitutivo.

O Sr. Jorge Ueque — Quem aprovou o regime de urgência foram todos os partidos. V. Exª tem que ler na Casa. Todos os partidos assinaram.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — O último o PMDB.

O Sr. Jorge Ueque — Todos assinaram.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — E, agora, por derradeiro, um colega de V. Exª, ontem, levantou a sessão, exatamente com o espírito de esconder atrás do pano uma realidade que nós não queremos.

O Sr. Jorge Ueque — V. Exª me concede o aparte?

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Nós não queremos este tipo de realidade.

O Sr. Jorge Ueque — V. Exª me concede o aparte?

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Gostaria de concluir o meu raciocínio.

O Sr. Jorge Ueque — E eu concluo o meu aparte.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — V. Exª terá oportunidade de falar como Líder do PMDB.

O Sr. Jorge Ueque — Eu concluo o meu aparte.

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** — Pois não.

**O Sr. Jorge Ueque** — O Governo está buscando e o Congresso vai dar a solução. E a solução está em regime de urgência na Casa. Não cabe a V. Exª dizer que o Governo não busca solução.

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** — Cabe, Exª!

**O Sr. Jorge Ueque** — O Governo está buscando a solução.

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** — V. Exª está equivocada. V. Exª desconhece que são 86 dias de martírio e de sofrimento desta classe que não aguenta ficar na grama, em frente à Casa do povo. V. Exª não pode concordar com isto.

**O Sr. Jorge Ueque** — Agora, um Partido com 200 Deputados tem problemas. Vamos resolver, os 20 Deputados do Partido de V. Exª com duzentos do PMDB. Enfim...

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** — É um comportamento antinacional, deixar que essas criaturas...

**O Sr. Jorge Ueque** — ...a Casa vai resolver.

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** — ...chefes de família, donas de casas, jovens que vêm para dentro de barraquinhas, até ficam sem um mínimo de conforto; nós não podemos concordar com 86 dias da liquidação desse banco.

**O Sr. Vitor Faccioni** — Permite-me um aparte, nobre Deputado Osvaldo Nascimento?

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** — Nós não podemos Exªs, concordar; 86 dias com um custo de 2 bilhões e 200 milhões por dia perfaz 206 bilhões e 800 milhões de cruzeiros. Há aí, portanto, um crime que lesa pátria nesse sentido. À medida que o Governo vai fazendo vistas grossas para a solução deste problema, ele está incorrendo num crime de lesa-pátria, porque é o dinheiro do povo que está se evadindo pelo fato do banco não está funcionando. V. Exª tem consciência disto.

Concedo o aparte a V. Exª

**O Sr. Victor Faccioni** — Nobre Deputado Osvaldo Nascimento, quero apoiar a manifestação de V. Exª no apelo que faz, na veemência que coloca na dramaticidade do problema que está tendo a sua solução postergada continuamente. Na verdade, se Bancada do PMDB, tão brilhantemente defendida aqui pelo nobre Vice-Líder Jorge Ueque, desejar, esse problema virá para a Ordem do Dia hoje, não é verdade? Se os pequenos partidos, as pequenas bancadas não podem decidir, então que a Bancada do PMDB decida colocar na Ordem do Dia...

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** — Estão tapando o sol com a peneira, Exª! O povo não aguenta mais esse tipo de emburramento! 0a15

**O Sr. Victor Faccioni** — ...e terá o apoio das demais bancadas. Então, nobre Deputado Osvaldo Nascimento, essa é a questão; nós temos é que esclarecer de uma vez por todas a quem interessa a contínua prorrogação da votação do Projeto Sulbrasileiro? A quem está servindo? Serve ao Governo? Se não serve ao Governo, o Governo que decida colocar através da sua Liderança. Serve ao PMDB nacional? Se não serve ao PMDB nacional, que o PMDB nacional coloque na Ordem do Dia, que nós estaremos aqui para votar e votar a favor de V. Exª

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** — Agradeço o aparte de V. Exª e quero concluir o meu raciocínio, aproveitando a colocação do ilustre Deputado Nelson

Marchezan, dizendo que se o projeto for vetado pelo Senhor Presidente da República, o compromisso é de Sua Excelência. Entretanto, esta Casa tem a maioria para rejeitar o veto. Mas onde fica a equidistância dos poderes, a independência dos poderes, a moralidade dos poderes? Se o Sr. Francisco Dornelles achou que esta Casa tinha autonomia — e tem autonomia — para decidir este assunto e trouxe para o Congresso a solução, S. Exª tem que recolher com humildade a solução, porque se ele não fizer isso, esta Casa tem obrigação de se juntar, se reunir, encher este Congresso, e não simplesmente 2/3 rejeitar o veto, mas todos os Deputados e Senadores têm obrigação moral com o seu País, porque a questão Sulbrasileiro extrapolou, já está na fronteira da segurança nacional. É a economia brasileira que está em jogo, não é a economia do Rio Grande do Sul, são os brasileiros, é a credibilidade do sistema bancário, Exªs.

Vamos deixar de passionalismo, de regionalismos e vamos estudar a questão com o devido cuidado que merece. Esse pessoal não aguenta mais ficar aqui, dentro de barraquinhas, com chuva, com frio, passando fome, sede, longe da sua família. E ontem, ainda teve coragem o Vice-Líder do PMDB, de querer investigar, de querer saber da onde eles estão tirando dinheiro para vir a Brasília. Tenho certeza de que esse dinheiro não está saindo de banqueiros internacionais, não está saindo do bolso do Sr. Delfim Netto, não está saindo do bolso do Sr. Galvêas, não está saindo do bolso do Governo anterior, mas está saindo exatamente do sacrifício de cada um e da unidade do Rio Grande que não se entrega de joelhos e vai, de pé buscar a solução desta questão que não é do Sulbrasileiro, mas do Brasil. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros, pela Liderança do PFL.

**O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Pela Liderança)**, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não era meu propósito voltar à tribuna para tratar deste tema já tantas vezes aqui debatido com os tons mais diversos e, naturalmente, de maneira até contraditória. Mas, as palavras do meu ilustre colega e amigo Deputado Guido Moesch, que distorceu a minha interpretação do problema, obrigam-me a voltar à tribuna para prestar esclarecimento a respeito daquilo que disse, e que foi mal e equivocadamente interpretado.

Jamais preguei nesta tribuna o divisionismo entre Sul e Nordeste. O que deixei bem claro é que as nossas preocupações não estão voltadas apenas para o Rio Grande do Sul, mas para os problemas brasileiros e, por isso mesmo, não poderíamos examinar um caso tão sério como o do Sulbrasileiro sem a devida ponderação, sem o devido cuidado, sem o *examine* prévio da matéria nos seus diversos aspectos. E o nobre Líder Nelson Marchezan, que colocou o problema objetivamente, sem passionalismo e sem intenção de obter palmas das galerias, disse muito bem que temos um leque de opções. Isto significa que temos um conjunto de soluções a examinar, a discutir...

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Permite-nos, nobre Deputado, um aparte, para colaborar?

**O SR. CELSO BARROS** — ...a apontar. E isto demanda tempo, demanda um certo comportamento racional.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Oitenta e seis dias, Exª?

**O SR. CELSO BARROS** — Depois darei o aparte a V. Exª Se V. Exª discute com pressa na tribuna, pelo menos não tenha pressa no aparte que me solicita.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Mas se V. Exª quer discutir com seriedade, há de permitir o diálogo.

**O SR. CELSO BARROS** — O nobre Líder Nelson Marchezan também, por sua vez, enfatizou que vimos analisando o problema e toda análise, nobre Deputado, comporta um exame acurado, um exame meditado, um exame voltado para a problemática que nos é aqui apresentada. Consequentemente, temos que concluir e que convir que não é absolutamente o aplauso das galerias que nos move a examinar esse problema.

Acho importante que estejam no plenário aquelas pessoas que vêm de rincões tão distantes como o Rio Grande do Sul para acompanhar, atenta e sofredamente, a votação de um caso que pertence mais ao Rio Grande do Sul do que ao resto do Brasil mas, nem por isso, deixa de merecer do Nordeste e do norte do País, todo o nosso integral apoio, apoio esse que não tem sido negado apenas de nossa parte tem sido distorcido, malevolamente por alguns e, demagogicamente por outros que, naturalmente, acham muito mais importante solucionar atabalhoadamente o problema do Sulbrasileiro, do que ter uma visão clara do problema nacional que afeta, sobretudo atualmente no Nordeste, com muito mais intensidade, com muito mais agrura, com muito mais sofrimento, como é o problema das enchentes e das secas...

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. CELSO BARROS** — ... que levam ao sofrimento, à marginalização, à miséria, à falta de teto, à falta de dinheiro e à falta de trabalho, não apenas de 20 mil pessoas que a matemática pode contar porque estão cadastrados no Banco, mas 500 mil nordestinos. Este não é um problema que trago para análise do Sulbrasileiro, porque acho que o problema do Sulbrasileiro é um problema que diz respeito à economia de uma Região e de uma comunidade que está realmente necessitando de uma solução.

O nobre Líder Nelson Marchezan trouxe à baila uma questão interessantíssima, a da tradição do Banco Sulbrasileiro e do conglomerado, enraizada nas origens do Rio Grande do Sul. Mas, certamente, não haveremos de vincular a honradez dessa tradição àqueles administradores irresponsáveis, que malbarataram a economia gaúcha a pretexto de solucionarem problemas de um Banco de tão grandes tradições.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. CELSO BARROS** — Darei a V. Exª o aparte.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Nós gostaríamos de, aproveitando a deixa de V. Exª, dizer que o grande desejo de aperfeiçoamento do projeto, por parte do PMDB, é utópico, não existe. Onde está o titular da liderança? Não vimos até agora, o Líder Pimenta da Veiga aqui presente neste plenário. Onde estão os Deputados do PMDB, que são duzentos, para virem estudar o projeto aqui, com profundidade, para que no dia da votação, não alguém o seu desconhecimento? É até gracioso Exª, o raciocínio que V. Exª está fazendo de que quer aprofundar o estudo no projeto, mas os parlamentares se encontram as suas bases eleitorais — quem sabe até em mordomias, passeando, conhecendo outras cidades outros países... (Palmas)... deveriam estar aqui, na Câmara, estudando o projeto...

**O SR. CELSO BARROS** — Esta é uma acusação que V. Exª faz aos seus colegas Deputados.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Af daríamos razão a V. Exª que tem discutido este projeto aqui na Câmara são dois ou três elementos do PMDB que, diga-se de passagem, com muita garra, com muita fibra e com muita profundidade. Por exemplo, o Deputado Jorge Uequed, o Deputado Irajá Rodrigues, Deputados que estão empenhados na solução da questão. Ontem, um deputado do seu partido evitou que o Deputado Irajá Rodrigues desse o parecer em Plenário para ultimar, para ligeirar, a solução dessa questão. A cada dia que passa são 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros e isto sai do povo, sai de todo o Brasil, prova da incompetência do Governo que, oitenta e seis dias ainda não tem um solução para o caso Sulbrasileiro. (Palmas.)

**O SR. CELSO BARROS** — V. Exª, nobre Deputado, confunde tanto as coisas, que até me confunde com um deputado do PMDB.

Veja bem, V. Exª age com tanta falta de objetividade que, ao discutir uma matéria tão séria, não tem o cuidado de examinar... a publicação diária para saber que eu pertenço ao Partido da Frente Liberal.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — O que ocorre, Exª, é que esta Tribuna sempre foi de Oposição. A tribuna de V. Exª era do outro lado, à direita.

**O SR. CELSO BARROS** — Não estou falando, absolutamente, nobre Deputado, em nome do PMDB; estou falando em nome do Partido da Frente Liberal, não para colocar uma divisão entre o sul e o nordeste porque vejo essas regiões integradas em uma mesma geografia. Não apenas numa geografia sentimental, mas numa geografia física, numa geografia cultural, que faz com que os problemas do Nordeste sejam também os mesmos do Rio Grande do Sul. Sua demagogia, nobre Deputado, é capaz de levar os nossos colegas ao separatismo.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — V. Exª há de convir que é corresponsável pelo elenco de corrupção que se espalhou neste País.

**O Sr. Nelson Marchezan** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. CELSO BARROS** — Com muita honra, nobre Deputado Nelson Marchezan.

**O Sr. Nelson Marchezan** — Deputado Celso Barros, quero dizer a V. Exª que sei o brilho, a tenacidade, o patriotismo de V. Exª defendendo o seu sofrido e ressequido Piauí, hoje inundado Piauí. Compreendo profundamente o sentimento de V. Exª e folgo em vê-lo na tribuna. Quero dar um testemunho por antecipação das discussões deste projeto, estão procurando contribuir e, certo estou, que nós não conseguiremos nenhuma solução sem a participação positiva, concreta de V. Exª. Tenho certeza absoluta que tanto V. Exª Vice-Líder no exercício da Liderança, quanto o Partido da Frente Liberal, haverá de ajudar na aprovação deste projeto que interessa ao Rio Grande do Sul e aos funcionários do Banco Sulbrasileiro e Habitasul.

**O SR. CELSO BARROS** — Esse, nobre Deputado, é o nosso designio, o nosso propósito, a nossa intenção já tantas vezes manifestadas, no sentido não de submeter este projeto a uma análise atabalhoada, a uma análise confusa, mas procurar fazer com que esse projeto, realmente, saia aperfeiçoado para atendermos aos objetivos e, de certa forma, acolhermos a pretensão daqueles que, certamente, estão numa situação aflitiva e que merecem por todos os modos a nossa solidariedade e o nosso apoio.

**O Sr. Francisco Benjamim** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. CELSO BARROS** — Com muito prazer.

**O Sr. Francisco Benjamim** — Nobre e eminente Líder, Deputado Celso Barros, V. Exª coloca bem a questão porque um assunto de importância, como este, tem que ser discutido, avaliado e pesado pela classe política sem nenhum emocionalismo. A grande responsabilidade histórica desta Casa é poder dar uma altitude maior no exame destas questões. Nós não podemos aqui subordinar o exame desta matéria aos interesses passageiros das próximas eleições. Quero dizer aqui que V. Exª colocou bem, como homem do Nordeste, como homem de uma região sofrida, como homem que vem recebendo, tantas vezes, o apoio nesta Casa dos companheiros de outro partido, que não será por falta de um pronunciamento é de uma voz do Nordeste que vamos deixar sem solução o caso do Sulbrasileiro. (Muito bem! Palmas!) Faço isto com independência, nobre Deputado, porque jamais teremos autoridade aqui para discutirmos estas questões se colocarmos sempre no plano das idéias esses assuntos, sem colocarmos um exame maior destas questões. O Nordeste é uma região carente, é uma região sofrida, é uma região que busca um tratamento diferenciado para poder corrigir a distorção do seu desenvolvimento com as outras regiões do País. Mas, não vamos jamais nos utilizarmos disto para deixar que um problema da magnitude como o que se esboça fique sem solução. V. Exª colocou bem, redimindo os líderes políticos de sua região, redimindo a responsabilidade dos que fazem política na sua Região para dizer que os gaúchos, os catarinenses, os paranaenses que estão envolvidos nisto, encontrarão também um sangue amigo dos brasileiros do Nordeste para ajudá-los na solução dos problemas do Sulbrasileiro. (Muito bem! Palmas!)

**O SR. CELSO BARROS** Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não podemos absolutamente tratar como manobra uma demora que é aconselhada pelo bom-senso, que é exigida pela retidão de propósitos e é compreendida pela ação daqueles que não fazem da demagogia o alicerce para amearhar prestígio eleitoral. Estamos aqui, solidários com o Rio Grande do Sul, na solução dos problemas que envolvem o Sulbrasileiro, sem desconhecer que no exame destes problemas devemos colocar, acima das paixões, acima da demagogia, a razão, a compreensão e a retidão de propósitos!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra como Líder, ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY** (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em primeiro lugar, conversando com o Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, José Fortunati, hoje cedo, disse-me que ontem havia uma preocupação, em reunião dos funcionários do Sulbrasileiro e do Habitasul, no sentido de que fosse prestado um esclarecimento com respeito às despesas para a vinda de tão grande número de funcionários que aqui estão acompanhando os trabalhos do Congresso Nacional.

Ontem, o nobre Deputado Jorge Uequed procurou dar este esclarecimento, mas cumpre reiterar na medida que as dúvidas forem sendo levantadas.

O Presidente José Fortunati esclareceu que, principalmente, as despesas têm sido realizadas com o próprio esforço de toda a comunidade de vinte e quatro mil funcionários do Sulbrasileiro e do Habitasul, com o apoio

dos sindicatos dos bancários dos respectivos estados, onde há funcionários do Sulbrasileiro, principalmente, dos estados do Sul e com o apoio da Federação e da Confederação dos Bancários. Para que essas despesas possam ser realizadas tem contribuído, também a própria comunidade onde moram estes funcionários. Por exemplo, as barracas que aqui se encontram, em frente ao Congresso Nacional, têm sido, ou dos próprios funcionários, ou de seus amigos, de seus familiares, da comunidade de onde eles vieram, pois a eles foram cedidas estas barracas. Muitos estão acampados na sede da Confederação dos Bancários de Brasília que lhes cedeu o espaço, outros estão na sede onde era o Sulbrasileiro, hoje desativado, e ali também estão acampados. O Sindicato dos Bancários e a Federação dos bancários, ao concederem recursos para ajudá-los na vinda aqui, para acompanhar tema de tão grande importância, de alguma forma estão cedendo recursos que serão importantes para a campanha salarial dos bancários que se avizinha. Para estes funcionários, portanto, é da maior importância que haja resolução o mais rapidamente possível, porque para todos está saindo caro esta demora. Em que pese o esforço de alguns parlamentares da Aliança Democrática empenhados na resolução do assunto é inevitável constatar-se, conforme assinaiei ontem, que há uma descoordenação da Aliança Democrática, entre o Governo e as suas Lideranças, entre o Governo e as Bancadas aqui no Congresso Nacional. É necessário que haja muito maior vontade, um esforço do próprio Governo em esclarecer o que é possível ser aprovado e o que não é possível. E se de alguma forma houver um desentendimento, uma descoordenação, uma má vontade do Poder Executivo em relação ao que o Congresso Nacional irá decidir, então nós estaremos vendo mais um episódio em que se verá a necessidade de termos no Poder Executivo um Governo que realmente venha a representar os interesses da maioria da população, um Governo que possa, eventualmente, se submeter a pressões deste ou daquele grupo econômico, mas que tenha o respaldo popular.

Na verdade, para que possamos chegar a isso nós vamos ter que ter um Governo eleito diretamente pelo povo. Nós não podemos continuar, a cada episódio, ver essa descoordenação, esse receio, esse titubear por parte do Governo e, ao mesmo tempo, assistirmos a declarações como estas hoje estampadas pela imprensa, do Governador Franco Montoro, que acha que falar em Diretas Já é golpe, que acha que falar em diretas para a Presidência da República, mais cedo do que um prazo de quatro anos, seria golpe. Não é possível aceitar a argumentação do Governador Franco Montoro, muito semelhante à de alguns Ministros da área econômica dos Governos autoritários, quando falavam que, frente à crise econômica e social, as dificuldades por que passava o País, frente às dificuldades de inflação, nós não poderíamos, a Nação não agüentaria ter eleições, passar por eleições. Essa argumentação estampada ontem no *Jornal do Brasil*, em entrevista do Governador Franco Montoro, referente às eleições "Diretas-Já" poderia se estender também às eleições "Diretas-Já" para prefeito das Capitais. Então, a sua argumentação de que, em função da crise econômica, não se pode ter eleições é algo que inviabiliza qualquer tipo de eleição, as eleições nas Capitais, as eleições para a Constituinte, e as próprias eleições para Presidência da República.

Estamos percebendo que o Governo não está com a força suficiente para fazer frente, por exemplo, às empresas montadoras de automóveis que passaram a jogar a questão de não negociar com os trabalhadores em função do controle de preços que o Governo vem exercendo. Só um governo efetivamente respaldado pela vontade popular terá condições de tomar decisões difíceis e com respaldo suficiente, seja frente às grandes em-



presas multinacionais, seja frente ao Fundo Monetário Internacional, aos credores externos, seja frente àqueles grupos que, incrustados no poder não querem saber de efetivamente cumprir compromissos traçados até mesmo por Tancredo Neves, quando dizia que era seu compromisso democratizar o País o mais rapidamente possível.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — V. Exª permite um aparte?

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLEY** — Concedo o aparte ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Brilhante o depoimento de V. Exª, como sempre, como sói acontecer nesta Casa, ilustre Deputado Matarazzo Supley. Porém, nós gostaríamos de aproveitar o pensamento anterior de V. Exª para sugerir à Casa e aos desejosos de que haja entendimento, de que haja negociação, de que aprofundemos a solução na questão do Sulbrasilero, que nós aproveitásemos agora esse feriado agora do meio da semana, do Dia do Trabalhador, e dissecássemos a matéria, tirássemos todas as dúvidas desta matéria pertinente ao Sulbrasilero. Não seria de bom alvitre que o País estivesse nessa sangria desatada de dois bilhões e duzentos milhões de cruzeiros e mais o sacrifício do trabalhador que terá que agüentar mais oito dias aqui na frente do Congresso, passando as maiores dificuldades. Eu acho que seria uma questão humana, racional, de puro espírito cristão, que os parlamentares, as lideranças dos Partidos, examinassem essa questão com seriedade mesmo. Porque nós não estamos vendo, nós não estamos sentindo que está havendo um grande interesse, por parte do Governo, de que esse projeto seja aprovado. Oitenta e seis dias tramitando aqui na Câmara, Excelência, por amor de Deus! Então quando nós vamos resolver as questões do Brasil se num projeto de encampação, de saneamento de um banco leva 86 dias para estudar uma solução? Imaginemos as grandes questões como Fundo Monetário Internacional, a reforma agrária, a reforma educacional, etc. Então, nós sugerimos que os Líderes do PMDB, da Frente Liberal, do PDT, do PTB, do PT, se reúnam e, se possível, deem um parecer em Plenário, da condição técnica deste projeto, o que não é tão difícil de se dar. Há muitos advogados, juristas, professores aqui nesta Casa, parlamentares com trinta anos de experiência sabem que projetinho como esse, é projetinho em relação a outros projetos que já passaram nesta Casa e que foram aprovados em vinte e quatro horas. Há poucos dias, nós tivemos um projeto aqui dando uma guarda de honra aos ex-Presidentes, como se não bastassem os polpudos vencimentos de Presidente que eles ganham, as mordomias de Presidente, e agora mais uma guarda de honra, votada ao atropelo nesta Casa, praticamente em 24 horas. Parece-nos muito mais grave esta questão do que a questão do Sulbrasilero. Então, se houver interesse, se houver vontade mesmo de união, de colaboração, de renúncia, nós temos certeza que todos nós aqui neste Congresso não estaremos contra a aprovação deste projeto que é um projeto eminentemente humano, porque restitui a dignidade ao trabalhador, ao regime creditício bancário do nosso País. É o regime creditício bancário do País que está em jogo, porque o Banco Central é o avalista, é o responsável, é o conivente, é o co-responsável, enfim, é quase que praticamente o autor intelectual disto aí. Então, em nome do nosso Partido, Exª, aproveitando o espaço que V. Exª nos confere, e nós sabemos que o PT está defendendo o projeto, colaborou muito no substitutivo das Lideranças. Nós temos certeza que se depender do PT, do PDT, PTB, e até do PDS, nós tiraremos essa semana a solução do Sulbrasilero.

leiro. Muito obrigado. (Manifestação das galerias. Muito bem! Palmas.)

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLEY** — Acreditamos, Deputado Osvaldo Nascimento, se houver efetiva vontade das autoridades governamentais em acordo com as suas lideranças, poderão sentar-se à mesa conosco, com os demais partidos e, rapidamente, chegar-se a uma solução. Algo estranho, entretanto, alguma força não explicitada faz com que isso não esteja ocorrendo. Da mesma forma, nós estamos vendo, com preocupação o esforço que não nos parece suficientemente forte da parte do Governo para a aprovação, na semana que vem, dias 7, 8 e 9, da eleição direta para os prefeitos das Capitais. Os jornais estão cheios de notícias de que, enquanto os líderes da Aliança Democrática anunciam um apelo para que todos os seus parlamentares venham aqui, na próxima semana, aprovar o projeto sobre o Sulbrasilero e votar a emenda constitucional referente às eleições diretas nas Capitais também estão cheios de notícias de que alguns esforços estão sendo feitos, de Norte a Sul, para que alguns Deputados ou estejam ausentes ou venham aqui negar o seu voto. Se isto continuar, se tal tipo de pronunciamento continuar, mais forte será a voz de toda a Nação, para que, no tempo mais breve possível, seja convocada a Constituinte. Constituinte que deve ser convocada já este ano. (Palmas). Definida, desde já, para que ela, também, com brevidade, venha não apenas a formular as normas e leis que deverão conduzir a vida institucional do País e de todos os cidadãos brasileiros, mas que venha definir, para breve, a data da sucessão do Presidente José Sarney que não deve ir além do que março de 1987, no máximo. Muito obrigado! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo pela Liderança do PDS. Lembro a S. Exª que temos apenas 20 minutos para que se inicie a sessão da Câmara, que será às 13 horas. Peço, então, que S. Exª limite o seu pronunciamento em 10 minutos. Esta, a única razão.

**O SR. RAUL BERNARDO** (PDS — MG. Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Serei breve, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Cabe-me, neste instante, por estar eventualmente no exercício da Liderança do meu Partido, o PDS, neste Plenário, emitir algumas considerações em torno deste tão discutido projeto de lei do Poder Executivo, que autoriza a desapropriação de ações das companhias Banco Sulbrasilero S.A. e Habitasul.

Sr. Presidente, já muito se disse sobre a matéria, já muito se têm manifestado os representantes do povo com assento nas diversas bancadas nesta Casa, à esta altura dos debates. O que a nós integrantes da Bancada do PDS, no Congresso Nacional, vem à mente dizer a todo o povo brasileiro, especialmente a esses funcionários das duas entidades de crédito, aos acionistas dessas entidades, a todos os que se preocupam com a economia gaúcha, com a preservação das duas instituições bancárias e, por que não dizer, com a própria preservação também da economia nacional: é que nosso Partido, o PDS, apoiou, claramente, a urgência na tramitação da matéria nesta Casa, o PDS preparou um substitutivo votado na sua bancada. O que se deve dizer, alto e bom som, neste instante, que é manifesto o desinteresse do Governo Federal por este assunto, porque o Governo Federal não tem propiciado meios para que os que o apóiam nesta Casa, respeitem a urgência da matéria, discutam e votem com urgência.

O nobre Líder do PMDB, com assento na Câmara dos Deputados, o Deputado Pimenta da Veiga, chegou

a informar à opinião pública que julgava uma questão aberta na Bancada do PMDB. E tão aberta a questão está, no âmbito do PMDB, Sr. Presidente, que nada menos do que cinco substitutivos foram apresentados à matéria por elementos do PMDB. As opções, assim, são várias. Ainda há pouco, desta tribuna, o nobre Líder do Partido da Frente Liberal destacava que não se deve descuidar e votar a matéria com pressa.

Ora, Sr. Presidente, se as lideranças mesmas dos partidos com assento nas duas Casas do Congresso Nacional apóiam a tramitação urgente de tão momentosa matéria, eu pergunto se não devem decidir com a urgência que o caso requer. Af estão, e já fazem várias semanas, centenas de funcionários das duas instituições de crédito, abarracadas defronte ao Congresso Nacional, numa situação humilhante. Estão eles contemplados com as migalhas que as amizades que possuem fazem jus neste instante, para terem voz e vez e assistirem, como estão assistindo, democraticamente, os nossos trabalhos nesta Casa (Palmas.)

Há várias semanas que eu, nas terças-feiras, como eventual Líder do Partido Democrático Social, tenho ressaltado a nossa solidariedade para com esse transe que vive esses funcionários. Ainda há pouco, também, o nobre Líder do PT salientava a descoordenação existente entre as lideranças dos partidos que integram a Aliança Democrática, nesta Casa, com relação a este assunto.

Finalmente, o que quero dizer, Sr. Presidente, terminando as considerações que faço como Líder eventual do PDS, nesta Casa, é que os nossos votos são para que a aflição, a agonia desses bravos funcionários do Sulbrasilero e do Habitasul tenham fim, que seus familiares tenham um pouco mais de tranqüilidade depois de tantos dias sem decisão e sem solução final.

Sr. Presidente, que os interesses dos funcionários do Banco Sulbrasilero e do Habitasul sejam preservados com a garantia de seus empregos e que esta matéria, afinal, tenha nesta Casa sua discussão encerrada, para que se vote esta matéria de tão alto interesse público. (Muito bem! Palmas das galerias.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequet, a quem também faço idêntico apelo, de observar os 10 minutos tão somente, porque a sessão da Câmara iniciar-se-á às 13 horas

**O SR. JORGE UEQUED** (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

O regime democrático em que nós ingressamos com a Nova República, proporciona a todos o conhecimento das matérias. Os poderes são independentes e harmônicos: o Executivo lá, com o seu Presidente da República; o Legislativo aqui, com suas responsabilidades e o Judiciário, do outro lado. Não cabe mais, agora, na Nova República, no processo democrático, reclamar que o Governo não pressiona para aprovar algum projeto. No regime anterior, na ditadura, no vilipêndio, na irresponsabilidade era assim. O Governo queria aprovar um projeto e fazia pressão em cima dos seus parlamentares, ameaçava, entravam no plenário desta Casa os Ministros de Estado para pressionarem os Deputados a votar matérias de interesse do Governo. Na Nova República, não!

Não é lícito fazer acusação ao Governo de desinteresse na matéria, também não é lícito dizer, errada e equivocadamente, que o projeto tramita no Congresso a oitenta e seis dias...

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — A intervenção já tem oitenta e seis dias, começou no dia sete de fevereiro.



**O SR. JORGE UEQUED** — V. Exª deve ler o seu pronunciamento. O Projeto não está na Casa há quarenta dias e foi produto da luta persistente dos parlamentares. Com a intervenção no banco, o Governo passado, irresponsavelmente, para defender interesses de grupos econômicos, não tomou as medidas necessárias. Mas, que fez o Governo da Nova República? Primeiro, tinha uma posição contrária de investir novecentos bilhões de cruzeiros para salvar o banco — e essa importância é vultosa, é grande, é tão vultosa que o Governador do Rio Grande do Sul, nos primeiros momentos da intervenção, deu declaração pública que iria resolver o problema, só que depois não tinha dinheiro para resolver e não resolveu o problema, o Governador do Rio de Janeiro desceu em Porto Alegre, com a sua assessoria técnica, para ajudar a resolver o problema, mas era tanta a demanda de dinheiro que não pôde resolver o problema — mas o que fez a Nova República? Tinha posição contrária ao aporte de novecentos bilhões de cruzeiros. Os Deputados do Rio Grande do Sul pressionaram e o Governo mudou de posição, porque ele é democrático, depois de alertado do equívoco, mudou de posição.

As críticas vieram de parte de parlamentares da Oposição de que o Governo não mandaria projeto. E o que fez o Governo? Mandou o projeto. E, agora, o que se critica? Critica-se que o Governo não pressiona para aprovar como se estivessemos com saudades da ditadura, exigindo que o Executivo viesse interferir aqui. Não, nós não temos saudades e nem desejamos a volta da ditadura.

O projeto está aqui, o Governo disse muito claramente que era responsabilidade do Congresso Nacional como investir os recursos públicos, e o Governo também não negou que parcela de seus membros do seu Ministério era contra o projeto. Mas ele mandou para o Congresso decidir e está aqui para ser decidido e não está, como dizem alguns, irresponsavelmente aqui. Não, está aqui debatido, apreciado, discutido, como tem que ser feito numa democracia. Está aqui em regime de urgência, e isto quer dizer que a Câmara dos Deputados não vota mais nenhuma matéria sem apreciar o caso do Sulbrasil, e está aqui também com a responsabilidade dos Deputados de votarem; com a responsabilidade dos 8 Deputados do PT; dos 13 Deputados do PTB; dos 23 Deputados do PDT; dos 202 Deputados do PMDB; dos 70 Deputados da Frente Liberal; e dos 140 Deputados do PDS.

Quando se faz críticas que os parlamentares não estão em Plenário é bom se dizer que funcionam comissões técnicas neste momento, e que alguns estão acompanhando os trabalhos das comissões técnicas, enquanto outros acompanham os debates em plenário, e os demais Deputados estão discutindo substitutivos ao projeto de lei.

**O Sr. José Genoíno** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JORGE UEQUED** — Já concedo o aparte a V. Exª. O que não há de se negar ao Governo é que ele fez o que o Governo passado negou, o Governo passado não deixou o Congresso examinar a matéria e a Nova República mandou o projeto para o Congresso examinar. Não há de se tecer críticas ao Governo porque ele está aqui pressionando para ser aprovado. Ora, o Governo democrático leva críticas porque não tem cão e leva críticas porque tem cão. Se estivesse pressionando estaria vilipendiando o Congresso. Como não está pressionando, porque está respeitando o Congresso, como deve fazê-lo e como vai fazer, recebe críticas porque se diz que o Governo não está pressionando para aprovar o projeto.

É bom ler as declarações do Governo e é bom ler as declarações das lideranças do PMDB. O projeto está

aqui para a decisão do Congresso, e a decisão do Congresso será a decisão adotada pelo Governo.

Agora, é claro tem problemas no Congresso? Tem problemas no Congresso. Tem problemas na Câmara? Tem problemas na Câmara. Talvez os partidos menores, por terem menos Deputados, tenham menos problemas. Um partido com treze Deputados, com oito, com vinte, tem menos problemas do que um partido com duzentos Deputados. Partidos que só têm representação no Rio Grande do Sul e em São Paulo; ou no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro; ou em São Paulo e no Rio de Janeiro, têm menos problemas do que os partidos que têm representações no Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe, Maranhão, Alagoas, Pernambuco e em São Paulo.

Os problemas existem, mas a competência desta Casa na discussão dos problemas é encontrar as soluções. Temos feito isso permanentemente e temos a certeza da vitória porque a Vitória não é do Rio Grande do Sul, não é do Sulbrasil, a vitória é do Congresso que vai determinar como aplicar recursos públicos para salvar o interesse da economia nacional, porque o próprio Governo já disse: é mais caro liquidar o Sulbrasil do que salvar. Está aí a determinação política, não lê quem não quer. Se o Governo disse que é mais caro liquidar do que salvar, e o Governo está dizendo patrioticamente que quer salvar, o Congresso vai ajudar a salvar porque é aqui que se fazem as leis.

Ouçou V. Exª com muito prazer, Deputado José Genoíno.

**O Sr. José Genoíno** — Nobre Deputado Jorge Uequedtenho falado pouco em relação à quantidade de discursos sobre o Sulbrasil.

Gostaria de fazer duas observações de fundo sobre o caso Sulbrasil: essas observações são exatamente no sentido de não ficarmos na rama da árvore, mas de ir na raiz de fundo. Pouco nós temos dito, principalmente para os funcionários do Sulbrasil e do Habitasul, que mecanismos existem nos conglomerados financeiros que possibilitam escândalos e falências como o Sulbrasil. Que legislação, que métodos foram utilizados para moldar esse sistema? Basicamente, na época da ditadura militar, que gerou os grandes conglomerados financeiros onde o papel desses conglomerados financeiros determinou, dentro da economia, o seu grau de autonomia, a sua força e a sua influência. E o caso do Sulbrasil nos possibilita enriquecer uma discussão nacional sobre o papel do capital financeiro. É público, nesta Casa, que eu defendo como única saída para o capital financeiro a sua estatização completa. Os conglomerados financeiros precisam ser estatizados, porque enquanto existirem esses grandes conglomerados não há governo que consiga estabelecer um controle do sistema bancário, e não há condições para se ir à raiz de problemas que afloraram como o caso Sulbrasil, como o caso da Coroa/Brastel. Então, é necessário, em vez de ficarmos discutindo questões secundárias, que se vá ao fundo das causas que geraram esses escândalos, para que possamos entrar no segundo ponto, que é essencial, que é exatamente a proposta alternativa das lideranças de aprovar esse aporte com a estatização do banco e com a garantia de estabilidade dos funcionários.

**O SR. JORGE UEQUED** — Agradeço a V. Exª. E só não estendo o aparte, porque o meu tempo está encerrado.

**O Sr. José Genoíno** — Não vou estender. Deputado Jorge Uequed, porque não quero entrar nessa discussão que V. Exª, tão brilhantemente, está abordando. Até entendendo, por que V. Exª está falando como Líder do Governo, porque eu conheço a opinião de V. Exª no sentido de tratar esses problemas pelo lado realmente que merece ser tratado, que é o de ir na raiz dos problemas, é

ir na raiz dos problemas conglomerados financeiros, é ir nas causas dos problemas econômicos que desabaram em consequências desastrosas para a economia nacional. Acho que a saída está clara, eu acho que os funcionários devem ficar tranquilos porque semana que vem será aprovado um compromisso nesse sentido e de aprovar com a estatização, a garantia e a estabilidade do emprego. Muito obrigado, Deputado Jorge Uequed.

**O SR. JORGE UEQUED** — Agradeço o aparte de V. Exª, que aliás sabe que eu tenho a mesma posição, em relação aos conglomerados, até gostaríamos de ampliar essa discussão, posteriormente. Mas a posição agora imediata é de, dentro do Regimento, sem ferir o Regimento, não permitir que os grupos contrários e os grandes interesses que estão em jogo consigam anular o nosso trabalho, não o trabalho fácil, aquele que não encontra ressonância no exame depois, mas o trabalho criterioso que estamos fazendo no sentido de encontrar uma solução, não apenas para resolver o problema dos vinte mil funcionários, que é importante; não apenas para resolver os problemas da economia do Rio Grande do Sul, que é importante, mas para resolver um problema nacional, porque o Sulbrasil é um problema nacional, não é um problema do Rio Grande do Sul. Agora o que não pode fazer o Congresso, nem alguns parlamentares é dizer que o Governo não vem pressionar a aprovação. Isto é pedir a proteção do Governo para o Legislativo, proteção que nós dispensamos, proteção que nós não aceitamos. Representamos o Partido do Governo e não aceitamos a intervenção do Governo dentro do Plenário para pressionar. Isto foi da ditadura, isto a gente massacrava, isto a gente abandonou, isto a gente não quer mais que volte, porque isto condena todo o princípio democrático.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JORGE UEQUED** — Com muita honra, nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Eu não ouvi, de parte dos Deputados aqui, críticas contra o Governo. Nós estamos criticando as Lideranças do PMDB no Congresso, que já deveriam ter aprovado o regime de urgência, na segunda-feira próxima passada e, agora, estão procrastinando a solução da declaração das Comissões, em plenário. Foi o que ocorreu ontem à tarde quando o Deputado João Agripino levantou a questão do quorum nesta Casa, procrastinando o andamento dos projetos, quando as Lideranças acertaram um novo substitutivo. Por que não votar esse novo substitutivo que as Lideranças escolheram numa Comissão, e V. Exª tem consciência disto?

**O SR. JORGE UEQUED** — V. Exª com a boa vontade que tem...

**O Sr. Osvaldo Nascimento** — Não é contra a competência do Executivo. O Executivo teve lhanza com esta Casa. Nós temos muito respeito pelo Executivo. Agora, o que está acontecendo é que na Casa do Povo alguns estão procrastinando. Agora V. Exª tem dado até demais; V. Exª está sendo uma ponta de lança, um Deputado com uma participação ativa, impressionante, como outros Deputados do Rio Grande do Sul. V. Exª merece condecoração, em plenário, pelo trabalho que tem apresentado em função do Sulbrasil. E não é demagogia Exª.

**O SR. JORGE UEQUED** — Muito obrigado, Deputado Osvaldo Nascimento.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Mas ocorre, nós estamos vendo que V. Exª está tentando furar uma barreira que está muito difícil de furar.

O SR. JORGE UEQUED — Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Nós cumprimentamos o trabalho de V. Exª

O SR. JORGE UEQUED — Eu agradeço a V. Exª e digo a V. Exª que temos a obrigação de trazer o maior número possível de Parlamentares para esta luta que é nacional. E o Congresso tem esta responsabilidade. Não vai ser com agressão aos nossos companheiros do Norte, do Nordeste, do Sul, que nós vamos conseguir vencer técnica e praticamente, no aspecto do interesse nacional, essa matéria. Temos que tratá-la com muita seriedade, com muito cuidado, com muito respeito, para fazê-la passar sob o aplauso de todos e a responsabilidade de todos. E temos, também, que respeitar os Parlamentares que tenham posição contrária. Porque é do princípio elementar da democracia que se divirja, que não se concorde com tudo, que até tenha posição contrária na aprovação das matérias. Temos que respeitar o

Regimento que determina aos Relatores prazo para apreciar os seus relatórios. Temos que respeitar o relacionamento interno que temos, quando alguns parlamentares, às vezes, não podem estar em Plenário, porque estão em outras Comissões. É preciso ter muito cuidado com essa matéria que é uma das mais importantes que o Congresso Nacional teve competência de apreciar nos últimos tempos. É a matéria mais importante, em número de recursos, que aqui tramitou. O Governo passado não teve força para mandá-la.

A Nova República — mesmo com o Presidente enfermo, mesmo com o Vice-Presidente interino, mesmo com menos de cinquenta dias de Governo, encontrando o cofre vazio e as dificuldades imensas — mandou para o Congresso, eu tenho certeza de que o Congresso, sem paixão, sem interesse pessoal, sem ódio, sem ressentimentos, sem regionalismo, sem *parti pris* pessoal, vai encontrar a solução que todos queremos: o Sulbrasil é mais caro liquidar do que salvar. Vamos salvá-lo com inteligência, com competência, para ajudar o Brasil, para ajudar ao Rio Grande, e para ajudar os interesses nacionais. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se quinta-feira,

dia 2 de maio, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 1, de 1985-CN, que autoriza a alienação, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia-SUDAM, de parte dos bens imóveis que menciona, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento, pela ordem.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — É regimental o requerimento de V. Exª. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. senadores e deputados em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 55 minutos.)

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF  
CEP 70.160

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

## Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

### Sumário do nº 81:

- O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização? — *Senador Fernando Henrique Cardoso*
- A Lei nº 6.515: crítica e autocritica — *Senador Nelson Carneiro*
- O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior — *Senador Aderbal Jurema*
- A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática — O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
- História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
- O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
- Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhet*
- Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
- A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
- Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
- O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
- Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
- Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*
- Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
- O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras — *Washington Peluso Albino de Souza*
- O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
- O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Sumário do *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina”:

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fausto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*

Da ALALC à ALADI — *Andrea Comba*

Da ALALC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*

O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*

Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*

Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*

O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*

Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*

Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

---

# REFORMA

---

# ADMINISTRATIVA

---

ORGANIZAÇÃO  
DA ADMINISTRAÇÃO  
FEDERAL

---

Decreto-Lei nº 200, de 1967

---

Texto atualizado e anotado

---

Legislação alteradora

---

Legislação correlata

---

4ª edição — 1984

---

500 páginas  
Preço:  
*Cr\$ 10.000,00*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,  
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

---

Encomenda mediante cheque visado  
pagável em Brasília ou vale postal.

---

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

---



**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 07/1203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00**